



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 11/06/2018.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 18

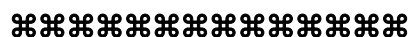
Aos onze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Humberto Carlos Dias;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro comunicou em 10/06/2018, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que, por motivos de índole pessoal, estará ausente no período compreendido entre os dias 11 de junho a 24 de junho de 2018, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pelo candidato da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhor Humberto Carlos Dias, dado que os candidatos imediatamente a seguir comunicaram a sua impossibilidade.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Mauro Edgar Henriques de Freitas – pretende esclarecimentos sobre o indeferimento do pedido de colocação de esplanada no estabelecimento comercial "Cardume Café, sito na Avenida Marginal, nº 97, Praia da Vieira, sendo que o projeto para a implantação da referida esplanada prevê a ocupação de um lugar de estacionamento e cerca de 1/4 de um segundo lugar de estacionamento.

2. Sr. Manuel Rodrigues Ladeira – pretende falar sobre o que denomina por “capelas imperfeitas” que estão feitas naquilo que é seu e que cedeu para benefício público na Rua Nova do Moinho de Cima.

3. Sr.^a Maria de Fátima Figueiredo Rodrigues – pretende falar sobre o indeferimento do seu pedido de indemnização devido a queda na rampa de acesso à praia em S. Pedro de Moel.

4. Sr. Armando José Mar Alves Coimbra – pretende fazer a apresentação de um anteprojecto para requalificação de um espaço verde na Praia da Vieira.

5. Sr. Francisco José Almeida Gomes – pretende falar sobre o abastecimento de água ao Parque Aquático na Praia da Vieira.

6. Sr. João Duarte, em representação da SIR 1º de Maio – pretende falar sobre Desporto Marinhense - Andebol - apoios à 1ª divisão e às competições europeias.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

CÂMARA

1. Voto de louvor público a todos os funcionários e colaboradores da Câmara Municipal da Marinha Grande, e Associações, Clubes e Entidades que colaboraram para a realização das Festas da Cidade 2018
2. Aprovação da ata n.º 16, da reunião ordinária do dia 14 de maio de 2018

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

3. Resumo de Tesouraria do dia 05 de junho de 2018
4. 12.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018
5. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativos ao exercício económico de 2017
6. Cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março – Adenda à declaração de recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma – Receitas Fiscais
7. Abertura de conta bancária – PDCT - Eficiência Energética
8. Encerramento de conta bancária n.º 0035/0004053813049 da Caixa Geral de Depósitos
9. Encerramento de conta bancária n.º 0035/0441043004130 da Caixa Geral de Depósitos
10. Encerramento de conta bancária n.º 0035/0004276523012 da Caixa Geral de Depósitos
11. Encerramento de conta bancária n.º 0035/00042214630 da Caixa Geral de Depósitos

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

12. Ratificação do despacho da Presidente da Câmara datado de 06 de maio de 2018 – Isenção de taxas pela emissão de licença especial de ruído, autorização para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, licença de publicidade e licença de recinto improvisado.
13. Isenção do pagamento de taxas
14. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente - Ratificação de despacho

OBRAS PÚBLICAS

15. Execução da Rua Nova do Moínho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes – Cedência 68,35m² e 95m² de terreno de Moldes Catarino, Lda
16. Receção provisória
17. Receção provisória parcial

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

- 18.** “Construção do Centro de Interface de Transportes Urbanos e do Terminal Rodoviário da Marinha Grande” - PA n.º 53/2017 - Aprovação do Anteprojeto
- 19.** Req.º nº 71/18, datado de 12/01/2018 - Proc.º n.º 8/18, datado de 12/01/2018 - Tiago Alexandre Duarte Cardoso
- 20.** Req.º nº 525/18, datado de 15/03/2018 - Proc.º n.º 533/17, datado de 29/11/2017 - Acogi Acessórios e Componentes para a Indústria, Lda
- 21.** Req.º nº 986/18, datado de 23/05/2018 - Proc.º n.º 78/18, datado de 02/03/2018 - Tecnifreza-Ind. de Moldes, S.A.
- 22.** Req.º nº 761/18, datado de 18/04/2018 - Proc.º n.º 383/17, datado de 21/08/2017 - VIPEX - Comércio e Indústria de Plásticos, S.A.
- 23.** Req.º nº 928/18, datado de 14/05/2018 - Proc.º n.º 467/17, datado de 20/10/2017 - SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda.
- 24.** Req.º nº 930/18, datado de 14/05/2018 - Proc.º n.º 180/18, datado de 14/05/2018 - SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda.
- 25.** Req.º nº 954/18, datado de 17/05/2018 - Proc.º n.º 374/17, datado de 17/08/2017 - José Filipe Silva Oliveira
- 26.** Req.º nº 740/18, datado de 16/04/2018 - Proc.º n.º 342/17, datado de 31/07/2017 - Ana Lúcia Domingues da Silva
- 27.** Req.º nº 864/18, datado de 04/05/2018 - Proc.º n.º 149/17, datado de 18/04/2017 - João Angelino Moderno
- 28.** Req.º nº 590/18, datado de 22/03/2018 - Proc.º n.º 100/18, datado de 22/03/2018 - TJ MOLDES SA
- 29.** Req.º nº 298/18, datado de 16/02/2018 - Proc.º n.º 31/18, datado de 05/02/2018 - Carlos Figueiredo Dinis
- 30.** Req.º nº 657/18, datado de 03/04/2018 - Proc.º n.º 343/06, datado de 22/05/2016 - URBIFIX - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda.
- 31.** Req.º nº 826/18, datado de 27/04/2018 - Proc.º n.º 150/18, datado de 27/04/2018 - João Rodrigues Correia
- 32.** Req.º nº 2111/17, datado de 12/12/2017 - Proc.º n.º 476/17, datado de 25/10/2017 - Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro
- 33.** Req.º nº 156/18, datado de 26/01/2018 - Proc.º n.º 21/18, datado de 26/01/2018 - Maria Goreti Gil Ferreira e Andreia Raquel Fino Ferreira
- 34.** Req.º nº 861/18, datado de 04/05/2018 - Proc.º n.º 125/07, datado de 19/02/2007 - Manuel Joaquim de Sousa Rosa e Maria Raquel Amado Diniz Pereira Rosa
- 35.** Req.º nº 856/18, datado de 03/05/2018 - Proc.º n.º 487/16, datado de 25/11/2016 - Yaroslav Abakumov
- 36.** Req.º nº 922/18, datado de 14/05/2018 - Proc.º n.º 89/17, datado de 15/03/2017 - Maria Odete Gomes Feteira, Maria Anália Feteira Tomé Ferreira, Maria Clara Feteira Tomé, Chantal Feteira Tomé e Apolinário Feteira Tomé
- 37.** Req.º nº 1044/18, datado de 04/06/2018 - Proc.º n.º 213/18, datado de 04/06/2018 - Adriano Tomé Epifânio
- 38.** E/10136/2017 - Reclamação sobre a existência de escombros a acumular lixo na Rua da Boavista - Praia da Vieira - Determinação da realização de vistoria
- 39.** Req.º nº 708/16, datado de 03/05/2016 - Proc.º n.º 423/15, datado de 12/11/2015 - Luís Miguel Rodrigues Sapateiro
- 40.** Req.º nº 933/18, datado de 15/05/2018 - Proc.º n.º 825/05, datado de 25/11/2005 - Rui Paulo Mourão Marques e Tânia Sofia Neves Marques
- 41.** Req.º nº 933/18, datado de 15/05/2018 - Proc.º n.º 825/05, datado de 25/11/2005 - Rui Paulo Mourão Marques e Tânia Sofia Neves Marques
- 42.** E/3597/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de gás do centro, S.A.

43. E/3914/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de gás do centro, S.A.
44. E/4723/2018 – Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - Canas Engenharia e Construção, S.A.
45. E/4983/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de gás do centro, S.A.

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

46. Danos em viatura automóvel - Rua da Ribeira, Amieirinha - Requerente: Pedro Jorge dos Santos Clara - Projeto de indeferimento
47. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Joana Ferreira Romão – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia
48. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Celso Pereira Rama – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia
49. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Fernanda Maria de Jesus Santos – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia

AÇÃO SOCIAL

50. Atualização bienal de rendas de habitação social para entrada em vigor a partir de agosto do corrente ano.
51. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilino residente na fração correspondente ao 3.º esquerdo do Bloco L, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.
52. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Rua Bairro do Camarnal n.º 52, Camarnal, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA

53. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 para a participação nas Marchas Populares da Marinha Grande 2018. – Clube Recreativo Amieirinhense
54. Admissão de candidatura da ACAMG para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 para a realização das Marchas Populares da Marinha Grande 2018
55. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra para a participação nas Marchas Populares da Marinha Grande 2018 - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, ASURPI - Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos e Clube Desportivo e Recreativo de Amieira
56. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra para participação nas Marchas Populares da Marinha Grande 2018 - Clube Recreativo Amieirinhense
57. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra – ACAMG – Realização das Marchas Populares da Marinha Grande 2018

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

58. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra – Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio - XIV Torneio de andebol de praia

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

59. Atribuição de subsídio escolar a aluno carenciado que frequenta o jardim de infância João Beare, integrado no Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente - Ano letivo 2017/2018

60. Autorização para pagamento de dívida do serviço prestado no âmbito da área da educação em prestações – AAAF

61. Protocolo de Cooperação entre o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e o Município da Marinha Grande.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Mauro Edgar Henriques de Freitas – solicitou esclarecimentos sobre o indeferimento do pedido de colocação de esplanada no estabelecimento comercial "Cardume Café, sito na Avenida Marginal, nº 97, Praia da Vieira, sendo que o projeto para a implantação da referida esplanada prevê a ocupação de um lugar de estacionamento e cerca de 1/4 de um segundo lugar de estacionamento. Referiu que já fez o investimento, porque os seus vizinhos também têm esplanada, e agora o pedido é indeferido, pelo que pretende saber quais são os critérios utilizados.

2. Sr. Manuel Rodrigues Ladeira – leu a sua intervenção, onde alerta para o que se está a passar na Rua Nova do Moinho de Cima, no terreno que cedeu para uso público e que está a ser utilizado por um particular. Pediu que alguém da Câmara se desloque ao local para confirmar aquilo que refere.

3. Sr.ª Maria de Fátima Figueiredo Rodrigues – veio uma vez mais mostrar o seu descontentamento pelo facto de os seus anteriores pedidos, referentes à queda na rampa de acesso à praia em S. Pedro de Moel, terem sido indeferidos. No entanto não pretende desistir deste processo, que se arrasta há 2 anos, pois quer receber as despesas de saúde e a indemnização, cujo valor diz já estar desatualizado. Terminou invocando a nota da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, aquando da tomada da deliberação no anterior mandato, em que recomendava a substituição do piso.

4. Sr. Armando José Mar Alves Coimbra – fez a apresentação de um ante-projeto para requalificação de uma área na Praia da Vieira, conhecida como lagoa, que se situa na zona da Rua da Lagoa e ruas circundantes. Pretende-se criar uma zona de lazer, melhorar a zona de estacionamento, com zonas arborizadas e relvados, parque infantil, que a Praia da Vieira não tem, zona de jogos, relaxamento e desporto. Trata-se de um estudo prévio, que servirá de ponto de partida para que a Câmara avance para um projeto de requalificação da zona. Disponibilizou-se para prestar todos os esclarecimentos sobre a ideia agora apresentada. Após a intervenção distribuiu cópia do projeto a todos os Srs. Vereadores.

5. Sr. Francisco José Almeida Gomes – inscreveu-se para falar sobre o abastecimento de água ao Parque Aquático na Praia da Vieira.
O município não esteve presente.

6. Sr. João Duarte, em representação da SIR 1º de Maio – inscreveu-se para falar sobre Desporto Marinhense - Andebol - apoios à 1ª divisão e às competições europeias.
O município não esteve presente.

Terminadas as intervenções do público, a **Sr.ª Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que respondeu o seguinte no âmbito das suas áreas:

- Sr. Mauro Freitas – há no local duas esplanadas, a ocupar o estacionamento, e o Sr. pretende fazer o mesmo. O pedido é feito à APA, mas estes remetem para a Câmara. Os vizinhos estão a ocupar ilegalmente o espaço, e compete a todos, e à Câmara também, pressionar a APA. Como não conhece o projeto do Sr. Mauro, e na próxima quarta-feira vai estar na Vieira, propôs-lhe ir ao local ver as possibilidades. Durante o intervalo agendarão a hora.
- Sr. Manuel Ladeira – logo após a inscrição, foi procurar documentação e foi encontrada a escritura de compra do terreno pelo Sr. Ladeira, em 1981, e onde diz que o mesmo confronta a norte com caminho público. Como é um documento que tem quase 40 anos, propôs ao município que traga todos os documentos que possui para se marcar uma reunião e tentar perceber a situação com os documentos que a Câmara tem, porque há divergência entre o que está na escritura e o projeto da casa.
- D. Fátima Rodrigues – a **Sr.ª Presidente** fez o historial do que aconteceu e da análise do processo efetuada pelos serviços jurídicos e pela seguradora da Câmara. Houve audiência prévia a que se seguiu uma proposta à Câmara para indeferimento da pretensão, que foi aprovada. Neste momento não lhe pode dar uma resposta que não seja aquela que já lhe foi transmitida.
- Sr. Armando Coimbra – como é membro da Assembleia de Freguesia de Vieira de Leiria, a **Sr.ª Presidente** perguntou se já apresentou o projeto nesse órgão.
O Sr. Coimbra informou que irá ser no próximo dia 27 de agosto.
A **Sr.ª Presidente** disse que vai analisar e tentar ver a viabilidade, pois já foi com o Secretário de Estado do Ambiente, com a **Sr.ª Secretária de Estado** e com o Presidente da Junta de Freguesia visitar a zona do estuarino.
Terminou dizendo que registou a entrega do projeto e que o fará chegar à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** cumprimentou todos os presentes, deu as boas-vindas ao novo Vereador e referiu o seguinte:

- Perguntou se já há números das festas da cidade e de comparação de gastos e visitantes relativamente aos anos anteriores. Esta informação pode ser enviada por e-mail.
- Perguntou se vai haver écrans para visualização dos jogos do mundial de futebol.
- Na reunião passada foram levantadas questões sobre a praia de S. Pedro de Moel, hoje foi sobre a Praia da Vieira, pelo que pretende saber se os procedimentos em curso para receber os turistas já foram terminados ou ainda estão a decorrer, porque a época balnear já abriu.
- Por último quer deixar registado que as Vereadoras da CDU não foram notificadas para receber a equipa de hóquei em patins do SCM, mas quiseram vir dar-lhe os parabéns e louvá-los pelo resultado alcançado.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:

- Os munícipes são sempre bem-vindos à reunião. Havia mais inscritos mas não sabe porque não vieram, pois sabe que houve pessoas que se queriam inscrever e não puderam, quando hoje não se utilizou a hora destinada à intervenção dos munícipes. No seu entender a inscrição prévia era para que o executivo permanente se pudesse preparar para responder aos munícipes. O que aqui se viu hoje não foi isso, pelo que lhe parece que há qualquer coisa que não está a funcionar. Exemplo do que diz é o caso da situação apresentada pelo Sr. Ladeira.
- D. Fátima – o assunto já aqui veio várias vezes, sempre se mostrou incomodado, até porque agora está colocado novo piso e uma placa com indicação de piso escorregadio, mas o processo é anterior a estas alterações. Em relação aos seguros também não esperava outra resposta. Na sua opinião deve-se voltar a analisar o assunto de outra forma.
- Sr. Mauro – esperava que lhe fosse dada outra resposta, até porque a época balnear já começou.
- Sr. Coimbra – é o contributo de um cidadão, e não percebe porque é que a Câmara não pode analisar o projeto, até porque a Junta de Freguesia não terá capacidade para o fazer. Não percebeu a resposta da Sr.^a Presidente.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

1. Felicitações (reconhecimento público de mérito)

1.1. Felicito a equipa de hóquei em patins do Sporting Clube Marinhense por ter subido à primeira divisão. No último jogo em Sintra, que o Marinhense ganhou por 3-2, e onde estive presente, foi visível a união do grupo e a concretização do trabalho numa época.

1.2. Felicito o judoca marinhense Nuno Saraiva que se sagrou vice-campeão nacional por equipas, ao serviço do Benfica.

1.3. Felicito o patinador de velocidade Pedro Gaiolas pela medalha de bronze nos 10.000m do Campeonato Nacional de Estrada. No mesmo campeonato felicito também as patinadoras Maria Legoinha, Edna Correia e Soraia Marques que formaram a equipa marinhense que na prova de 3.000 metros estafeta à americana subiram ao 3º lugar do pódio.

1.4. Felicito a equipa de andebol feminino da Escola Guilherme Stephens, por ter vencido a Taça Nacional de Desporto Escolar. De realçar que esta equipa tinha várias atletas do SIR 1º de Maio.

1.5. Felicito os atletas do Clube de Atletismo da Marinha Grande, Rodrigo Agostinho por ter vencido o salto em comprimento no Olímpico Jovem, em representação da seleção distrital.

Na mesma prova conseguiram a medalha de prata o David Pereira no lançamento do peso e a Maria Teixeira nas estafetas 4x100.

2. MUNICIPES

É meu dever questionar sobre problemas que os munícipes que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para lhes dar-lhes conhecimento.

2.1. Escuteiros da Vieira - Solicitação da cedência duma casa das matas.

Como sabemos as casas das matas estão abandonadas, degradadas e algumas já em ruínas. O Estado, ou o ICNF, deviam proteger o que é nosso, mas já sabemos o que tem acontecido. Solicito que a Sra. Presidente ajude nesta causa e se dirija aos “seus amigos” do ICNF, da Secretaria de Estado das Florestas, do Ministério da Agricultura, ou de quem tiver a responsabilidade de analisar a situação e consiga que cedam uma casa das matas aos escuteiros. Quem melhor do que os escuteiros para arranjar e cuidarem duma casa das matas, são um exemplo de cidadania.

Sr.^a Presidente peço-lhe que interceda neste assunto e, se precisar da minha ajuda, estou inteiramente disponível.

2.2. O munícipe Sr. Vítor Lopes veio a uma reunião de Câmara dizer que:

- a) o quintal de sua casa foi dividido por esta estrada e poderá ser atropelado.*
- b) o Sr. Vereador Carlos Caetano referiu então que não encontrou registos na Câmara sobre qualquer cedência ou qualquer obra para realizar uma rua.*

Gostaria de saber se está resolvido o problema deste munícipe e qual foi a solução encontrada.”

O Sr. Vereador Humberto Dias cumprimentou todos os presentes e especialmente os que seguem esta reunião em casa, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“Gostaria em primeiro lugar de saudar a Senhora Presidente, as senhoras vereadoras e vereadores aqui presentes, bem como todos os munícipes que nos escutam.

Também referir que é para mim uma honra, tomar parte deste órgão autárquico, assim de forma excepcional, uma vez que o faço em substituição da Senhora vereadora Ana Monteiro, desejando que possa rapidamente regressar a este lugar.

Espero poder contribuir, com as minhas muito humildes competências, para o bom discernimento dos trabalhos e decisões inerentes que se incluem na agenda de hoje, faço-o pela primeira vez com grande espírito de serviço e cidadania.

*Quero assim apresentar no período antes da ordem do dia, que gentilmente me foi concedido pela Senhora Presidente, na qualidade em que me encontro, para exortar a Senhora presidente e as senhoras e senhores vereadores desta câmara, **para a importância e relevância histórica e cultural de um monumento** que marca indelevelmente a paisagem urbana da nossa cidade.*

*Refiro-me ao **Ponto da Boavista**, exemplar único do nosso património arquitectónico e cultural, de uma tipologia única que poderemos apelidar de arquitectura “florestal”.*

Peço assim que a CM tome a iniciativa, de diligenciar no sentido de realizar ou contribuir para a REABILITAÇÃO DO PONTO DA BOAVISTA imóvel classificado de interesse municipal e que poderia eventualmente vir a ser classificado imóvel de interesse público, dada a sua importância histórica local e territorial no âmbito do Pinhal do Rei.

Apesar da propriedade do imóvel não ser do município, uma vez que foi há poucos anos adquirido aos serviços florestais pela LIGA DOS COMBATENTES, julgo que esta operação e os custos inerentes que porventura se extrairiam do erário público, seriam perfeitamente ajustados e justificados perante a opinião pública. Com vista à musealização do Ponto da Boavista, como núcleo satélite do futuro Museu da Floresta, devolvendo à cidade um equipamento cultural, que poderia vir a constituir-se como justa homenagem e memorial da cidade ao seu tão amado “Pinhal do Rei”.

Esta operação pode vir a ser enquadrada num futuro protocolo, entre o município e a Liga dos Combatentes, (à semelhança do que aconteceu por exemplo entre o município de Leiria e a Diocese de Leiria-Fátima no processo de reabilitação e musealização da Torre da Sé de Leiria).

Tenho conhecimento que existe um projecto de Reabilitação do edifício, realizado pela antiga DGEMN por técnicos de Coimbra, que inclui para além do projecto de arquitectura, uma análise à estrutura e um caderno de encargos, bem como uma estimativa de custo e orçamento, e também que terão existido em determinada altura solicitações de apoio a esta CM, com promessas não concretizadas pelos então governantes.

Tenho por este assunto um particular interesse, não só porque resido próximo deste monumento, mas porque este “sonho” e projecto me foi apresentado por um estimado amigo recentemente desaparecido o Sr. João Teixeira, ex-combatente, “marinhense adoptado” e um apaixonado pela sua cidade, figura que viveu sempre com elevado sentido de cidadania activa e a quem presto aqui uma sentida homenagem.

Finalizo, ressaltando esta ideia, cabe-nos a nós, e em especial àqueles que têm agora as responsabilidades de governar, garantir e perpetuar para as gerações futuras, o legado histórico e cultural que os nossos antepassados nos transmitiram e que construíram a nossa história e identidade como marinhenses! A comunidade e todos os munícipes da Marinha Grande contam convosco! Obrigado.”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes bem como os que assistem em casa, e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:

- Sr. Ladeira – há que alterar o procedimento e dar as respostas.
- D. Fátima – está à vontade porque sempre votou contra. Está espantada por a Sr.ª Presidente explicar que aquele local não é para acesso à praia e que é para veículos. A D. Fátima tem um prazo para avançar para Tribunal e os Vereadores serão testemunhas de que o local é escorregadio e os avisos foram colocados depois.
- Sr. Coimbra – é um projecto interessante, assim como o projeto apresentado anteriormente pelo Sr. Cruz, e por isso merece ser analisado.
- Sr. Mauro – parece que há outras esplanadas, estarão em contraordenação mas nada aconteceu, por isso até lhe apetece dizer para avançar.

Na sua opinião tem que se ver se os outros comerciantes não têm nada que os impeça, e então, se a Câmara entender que deve ali haver esplanadas, deve reunir-se com a APA e tentar permitir que todos os comerciantes tenham esplanadas. Deixa a sugestão.

- Quer dar os parabéns ao SCM e dizer que as Vereadoras da CDU não foram convidadas. Os Vereadores do MpM ainda receberam um telefonema às 20:10h. É de lamentar esta postura da Câmara, pois não é a primeira vez que põe os Vereadores de lado.
- Escuteiros – qual a resposta dada, porque já não é a primeira vez que põem a questão.
- Estuarino – quer saber o ponto de situação.
- Casas da mata – depois dos incêndios e de o Estado nada ter feito, o mínimo que o Estado pode fazer é **oferecer** as casas das matas ao município, para que as possa aproveitar para fins turísticos. Deixa este pedido à Sr.^a Presidente.

Tendo em conta que a Sr.^a Vereadora enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“Parabenizar os atletas do Clube de Atletismo da Marinha Grande que subiram aos pódios nas provas deste fim de semana, bem como o Nuno Saraiva (Judo), os patinadores de velocidade e a equipa de Hóquei do Sporting Clube Marinhense pela subida à 1ª divisão.

Pretendo apresentar uma Proposta de Deliberação, para ser votada pelo Executivo, a qual anexo à presente e aqui dou por reproduzida.

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO APRESENTADA PELAS VEREADORAS DA CDU
ALEXANDRA DENGUCHO E LARA LINO**

No passado dia 4 de Junho de 2018, o Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) - o etíope Tedros Ghebreyesus - esteve em Portugal para fazer a apresentação do “Plano de Ação Global para a Atividade Física” daquela importante Organização Mundial. Com transmissão em direto para todo o Mundo, o Diretor Geral da OMS, afirmou ser obrigação dos Estados focar-se nos cuidados primários e dar relevo à actividade física. Só com um “ataque em várias frentes” se consegue evitar os males maiores da diabetes, da obesidade, da hipertensão, entre outros. Por isso se afirma que **“o exercício físico é o melhor medicamento que há”!** A meta é, de acordo com a OMS, reduzir em 10% a inatividade até 2025 e 15% até 2030.

Feito este introito, diremos agora que, por todas as forças políticas com assento no Executivo Municipal da Marinha Grande é reconhecido e louvado o papel, de enorme relevância, assumido pelos nossos Clubes Desportivos na formação humana e sadia das crianças e jovens do Concelho da Marinha Grande, indo totalmente de encontro ao desiderato acima descrito, propugnado e anunciado pela OMS.

Olhando ao nosso redor, somos frequentemente confrontados com realidades vividas noutros Concelhos do nosso país em que esse reconhecimento do papel determinante dos Clubes, se tem traduzido nos tão merecidos apoios, concretizados pelas várias Câmaras Municipais, e das mais variadas formas.

Certamente entendemos todos que já vem sendo tempo de adoptarmos no nosso Concelho atitude idêntica e promovermos, de forma justa e mais eficaz, o desporto para todos e a favor de todos.

É inequívoco o potencial dos atletas, dirigentes e massa associativa do nosso Concelho, espelhado na enorme adesão de crianças e jovens à prática desportiva que lhes é proporcionada quase única e exclusivamente pelos nossos clubes e cujo trabalho se reflecte, também, nos feitos alcançados pelos respectivos atletas, o qual deve ser motivo suficiente

para que, com a coragem política que se impõe, decidirmos tomar as necessárias decisões políticas que não podemos mais adiar. Decisões essas que devem ser de curto e médio prazo.

Por outro lado, é igualmente inequívoco o enorme **potencial turístico** que o nosso Concelho tem e do qual pode tirar maior partido, aliando-o também (e entre outros) ao desporto! O **Turismo Desportivo** é hoje uma realidade de sucesso em muitos dos Concelhos vizinhos: exemplos como a Nazaré, Figueira da Foz, Peniche e até Pombal, são bons motivos para apostarmos neste segmento turístico. Alguns Clubes da nossa terra já o fazem: andebol e voleibol de praia têm sido uma realidade em S. Pedro de Moel, muito pela “carolice” dos dirigentes e massa associativa dos respectivos clubes! O Clube de Atletismo da Marinha Grande (CAMG) com o “Meeting Fernando Alves” e o “Meeting Jovem”, também! E sendo eventos já de grande qualidade, estamos certos de que muito mais a Câmara pode fazer para elevar tais eventos desportivos a um nível verdadeiramente digno de um Concelho como o nosso, potenciando-os e inserindo-os na agenda desportiva nacional! A Câmara, infelizmente, pouco ou nada tem feito para potenciar turisticamente estes eventos e nada faz no sentido de criar outros que possam firmar-se no panorama desportivo nacional e internacional.

Assim, por proposta das vereadoras da CDU Alexandra Dengucho e Lara Lino, a Câmara Municipal da Marinha Grande delibera:

- solicitar à Divisão Jurídica da Câmara Municipal que proceda ao enquadramento jurídico da presente deliberação, e à Divisão Financeira que proceda ao necessário enquadramento orçamental, desde já se informando da disponibilidade do Executivo em contratar com os Clubes as necessárias prestações de serviços para que as iniciativas que ora se deliberam (e outras que se mostrem pertinentes) sejam concretizáveis;
- reconhecer a utilidade pública de todos os Clubes Desportivos do nosso Concelho que incluam formação desportiva de crianças e jovens;
- conceder um apoio extraordinário a definir em reunião de Câmara por todos os vereadores, a atletas e Clubes participantes nos escalões maiores do desporto nacional, em provas nacionais e internacionais, o qual poderá ser atribuído, entre outros, como contrapartida, de publicidade ao Município, por exemplo;
- adquirir, no prazo máximo de 90 dias a contar da aprovação da presente deliberação, duas carrinhas para transporte de atletas (com número de lugares que se mostre adequado a tal transporte, para o que se deverão contactar os Clubes e proceder a um levantamento de necessidades), transportes esses que deverão estar maioritariamente ao serviço dos Clubes, de modo articulado, a combinar entre todos.
- estudar a viabilidade de aquisição de uma Pista Coberta, à semelhança da que existe em Pombal e que possibilita a realização de tantas competições naquele Concelho, com a mais valia económica que proporciona; para tal, deverão os serviços da Câmara apresentar, no prazo máximo de 60 dias a contar da aprovação da presente deliberação, propostas concretas traduzidas em orçamentos, para que a Câmara, no seu conjunto, decida em conformidade (de acordo com informação recentemente obtida, a Pista de Espinho encontra-se à venda);

Apostar, estrategicamente, no **Turismo Desportivo** e, nessa medida, a **curto prazo**:

- a) potenciar os torneios de Andebol e Voleibol de Praia deliberando-se, desde já, contribuir com maior apoio logístico e financeiro, a articular com os respectivos Clubes (SIR 1º de Maio e Voleibol do Sport Operário Marinhense), encetando já (ainda durante a corrente semana) as necessárias reuniões com os aludidos Clubes para que as edições deste ano de 2018 tenham ainda maior sucesso; para o **próximo ano de 2019 e seguintes**, para além do apoio logístico e financeiro que engrandeça tais iniciativas, estudar com os Clubes organizadores a possibilidade de montar, por exemplo, um palco na praia onde, ao longo do fim de semana dos eventos desportivos, possam acontecer actuações de artistas locais e nacionais,

aulas de ginástica, etc a decorrer em paralelo aos referidos eventos, bem como um show cooking/street food, por exemplo. Tais iniciativas deverão ser, igualmente, concertadas com a PROTUR e com a MOHER, associações de desenvolvimento cultural de S. Pedro de Moel. Pretende-se, assim, melhorar a qualidade dos eventos, potenciando-os, de modo a que possam constituir mais um motivo de atracção turística de massas às nossas praias;

- b) encetar, com carácter de urgência, as obras necessárias às remodelações do “ringue” situado na Rua Aníbal Bettencourt em S. Pedro de Moel, dotando-o com uma bancada num dos topos e colocação de cobertura (estudada que seja, naturalmente, a sua viabilidade técnica e a ausência de impedimentos legais inultrapassáveis), colocação de pavimento novo, balizas de hóquei, de futsal e tabelas de basquetebol, de modo a poder ser usado para a prática desportiva de futsal, basquetebol e hóquei em patins, todo o ano, convidando-se o Sporting Clube Marinhense a aí organizar eventos desportivos (no Verão e noutras alturas do ano) nas modalidades de hóquei em patins e/ou basquetebol ou outros, eventos esses que tenham continuidade, de modo a tornarem-se, a par do Voleibol de praia e do Andebol de praia, referências no desporto nas nossas praias. Convidar, também, o Clube Desportivo Moitense para organizar um torneio de futsal no mesmo ringue. A Câmara Municipal delibera apoiar financeiramente e logisticamente a organização de tais eventos, de acordo com tudo o que for solicitado pelos Clubes para que a sua concretização seja uma realidade;*
- c) encetar, com carácter de urgência, obras de remodelação dos Campos de Ténis de S. Pedro de Moel de acordo com projecto a apresentar e aprovar em reunião de executivo, devendo fazer constar as respectivas verbas (para o “Ringue” e para os “Campos de Ténis”) na introdução do saldo de gerência em curso;*
- d) colocar, com carácter de urgência (no prazo de 30 dias a contar da presente deliberação), duas balizas de Futebol de 5 no espaço ajardinado do Vale de S. Pedro em S. Pedro de Moel;*
- e) colocar nos Parques Infantis do Vale de S. Pedro e jardim do Bambi, baloiços e outros equipamentos infantis, para o que deverá fazer-se constar a respectiva verba na introdução do saldo de gerência em curso;*
- f) convidar o Clube de Atletismo da Marinha Grande, bem como o IDV e o Clube Desportivo da Amieirinha e qualquer outro clube ou personalidade que se julgue adequado, a organizar, em épocas próprias, em parceria com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, duas **corridas** (atletismo) na areia (uma na Primavera/Verão e outra no Inverno), **ligando a Praia Velha à Praia da Vieira** e, em paralelo, realizar-se caminhadas pela Estrada Atlântica (Praia de S. Pedro de Moel – Praia da Vieira), transformando tais eventos em grandes festas desportivas nacionais, populares, com música, gastronomia e outras actividades; Deverão ser encetados, no imediato (prazo de 15 dias a contar da aprovação da presente deliberação) os respectivos contactos para aquilatar da possibilidade de realização da 1ª Edição já no mês de Setembro de 2018 e, caso não seja possível, dar início às diligências necessárias para que possa ser uma realidade em 2019!*
- g) convidar o Clube de Atletismo da Marinha Grande (CAMG) a gizar, em articulação com a Câmara Municipal, um **Plano de Estágios Nacionais e Internacionais de atletismo**, nas suas várias modalidades, a acontecerem no Concelho da Marinha Grande, com início já em 2019, apresentando à Câmara Municipal tal Plano e, paralelamente, as necessárias intervenções a levar a cabo no Estádio Municipal e sua envolvente, para que tais estágios se possam concretizar; a necessária reunião a efectuar com o CAMG deverá suceder no prazo máximo de 30 dias a contar da presente deliberação;*

- h) *lançar o repto aos vários Clubes/Associações de Patinagem de Velocidade do nosso Concelho para organizarem, na Pista Atlântica e em percurso a determinar (S. Pedro/Vieira?), uma corrida de velocidade que possa constituir também motivo de atracção turística às nossas praias, concretizando-se a 1ª prova desse género já em 2019; aferir das obras necessárias a levar a cabo na pista e concretizá-las de modo a que a 1ª edição possa ser uma realidade em 2019, a par com a abertura do Patinódromo. Delibera-se, assim, articular com os respectivos Clubes /Associações de Patinagem de Velocidade a inauguração do Patinódromo em clima de grande festa, com a imediata organização da **1ª Grande Prova Atlântica de Patinagem de Velocidade da Marinha Grande!***

Paralelamente e a curto/médio prazo:

- i) *instalar, em todos os espaços disponíveis do Concelho (por exemplo Parques da Cerca e dos Mártires do Colonialismo, nas **Freguesias** e nos vários **Lugares** do Concelho onde tal seja viável), equipamentos desportivos para a prática do **Desporto de Rua-Desporto Sem Hora Marcada** (tabelas de basquetebol, balizas, redes de voleibol, etc), de modo a poderem ser utilizadas livremente, por quem quiser e à hora que se quiser, diligenciando junto das Colectividades e Associações dos Lugares acções de sensibilização para a prática desportiva por parte da respectiva população, com organização de torneios desportivos patrocinados pela Câmara Municipal, associados a todas as festividades; para o efeito, deverá ser apresentado o respectivo levantamento de possibilidades de instalação dos equipamentos mencionados, estudo esse que deverá ser elaborado pelos serviços camarários adequados e apresentado a toda a Vereação no prazo máximo de 90 dias a contar da presente deliberação;*
- j) *apresentar a toda a vereação, no prazo de 30 dias a contar da presente deliberação, uma proposta digna de “MEDALHA DA CIDADE” ou “MEDALHA DO CONCELHO” (em formato grande para os Clubes e replicada em formato mais pequeno para medalhar individualmente atletas, dirigentes equipas técnicas etc), ou “TAÇA DA CIDADE” ou “TAÇA DO CONCELHO”, bem como uma “CHAVE DO MUNICÍPIO”, para galardoar Clubes e Atletas que se distingam pelo seu desempenho desportivo bem como personalidades que a Câmara, por unanimidade, decida homenagear; tal cerimónia solene deverá ser anual e ter lugar na Casa da Cultura Teatro Stephens;*
- k) *levar a efeito, em Outubro de 2018, um sério **DEBATE alargado, amplo e democrático**, em torno da temática do **Desporto no Concelho**, com a presença dos Presidentes de todos os Clubes e Associações desportivas do Concelho, bem como de todos os vereadores do Executivo Municipal (com e sem pelouros, portanto), Diretores dos Agrupamentos de Escolas e outras entidades públicas ou privadas ou pessoas (vg atletas do Concelho de reconhecido mérito) que, pelo seu conhecimento e experiência, possam contribuir para um debate sério em torno da temática do Desporto no nosso Concelho; a Câmara Municipal, na pessoa da Srª Presidente, deverá concretizar tal debate no prazo supra referido sugerindo-se o lema “QUE DESPORTO QUEREMOS PARA O CONCELHO”, com o objectivo de potenciar uma discussão que cada vez mais se impõe como obrigatória, de modo a que todos os Clubes potenciadores da actividade desportiva do Concelho o possam fazer sem constrangimentos. De tal debate lavrar-se-ão as necessárias conclusões para a devida implementação por todos os intervenientes;*

*Esta deliberação foi aprovada por _____
Marinha Grande, 11 de Junho de 2018”*

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra cumprimentou todos os presentes e respondeu o seguinte:

- Festas da cidade – ainda não tem o número de visitantes. Amanhã, às 21 horas, haverá uma reunião com as coletividades para fazer o balanço.
- Futebol – vai ser colocado um led ball no Parque Mártires, para a transmissão dos jogos de Portugal do dia 20 e 25. Não será transmitido o do dia 15 porque a ACAMG vai fazê-lo nas marchas.
- Campos de ténis – já tem uma proposta para a sua requalificação.
A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho disse que ainda não viu nada.
A Sr.ª Vereadora Célia Guerra disse que a vai enviar por e-mail.

A Sr.ª Presidente referiu o seguinte:

- Pediu à Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho que tenha calma, porque a requalificação dos campos de ténis já aqui tinha sido falada. Provavelmente estava distraída, mas a Sr.ª Vereadora Célia vai enviar.
- Relativamente à receção à equipa de hóquei em patins do SCM, informou que telefonou à Sr.ª Vereadora Ana Monteiro e ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira em cima da hora. Esclareceu com o SCM a sua falta, porque não foram contactados.
- D. Fátima – voltou a afirmar que não tem outra resposta. Tomou nota do que os Srs. Vereadores disseram e vai ver qual o caminho a seguir.
- Sr. Coimbra – o que disse foi que iria também fazer chegar a proposta à Junta de Freguesia. Não disse que a Câmara não tomava conta dela, porque a Câmara está atenta ao que se passa na Vieira.
- Convites – disse que é interpelada muitas vezes por não convidar os Vereadores, mas a verdade é que muitas vezes o executivo só sabe em cima da hora, e tal como lhe compete, a Presidente da Câmara faz a representação do Município. Quando vai às Secretarias de Estado também convida os governantes a visitar o concelho, e por isso irá continuar com esta disponibilidade.
- Casas da mata – já não é deste mandato o pedido destas casas ao ICNF. A Câmara têm-nas pedido insistentemente ao ICNF e aos vários Secretários de Estado que aqui vêm, tanto para os escuteiros como para outras associações, como é o caso da Associação Casa D'Árvore e da Associação criada em Vieira de Leiria para apoio às vítimas dos incêndios. Pedir, a Câmara pede, insistir, a Câmara insiste, mas não pode dar aquilo que não é seu.
- Agradeceu o contributo do Sr. Vereador Humberto e o espírito de cidadania com que se apresentou nesta reunião. Tem tido várias reuniões com a Liga dos Combatentes e com o Turismo de Portugal, sabe que estão a fazer um projeto que já apresentaram à Câmara, na tentativa de obter fundos comunitários, e a Câmara irá fazer todos os esforços para a requalificação do Ponto da Boavista. Em relação aos postos de vigia está a ser feito um levantamento com a GNR para a sua requalificação.
- Propostas da Sr.ª Vereadora Alexandra – vai tomar nota delas e ver o que se pode fazer, porque já estiveram todos a ver as propostas para a revisão, a ser incluída na próxima reunião extraordinária, pena é que não tenham sido incluídas, mas vai ver o que se pode fazer porque são propostas interessantes. A propósito informou que na semana passada esteve presente na assinatura do Protocolo que já aqui veio à reunião sobre a alimentação e a prática do exercício físico.
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que esse Protocolo não prevê as questões concretas que propõe para os clubes do concelho.
A **Sr.ª Presidente** referiu que aquilo que a Sr.ª Vereadora propõe se insere no espírito desse Protocolo.

- Inscrição dos munícipes – a Sr.^a Presidente referiu que não está previsto no Regimento um número de inscrições, mas uma vez que só há uma hora para as intervenções dos munícipes e se têm 5 minutos para cada uma, então a Câmara também deverá ter 5 minutos para responder, e por uma questão de equidade e para caber dentro do tempo previsto teve que se definir o número de inscrições. Uma outra questão é dar as respostas, daí que mostre a disponibilidade para atender os munícipes depois, porque em 5 minutos não se dá uma resposta satisfatória, apenas se conseguem recolher documentos.

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** interrompeu, dizendo que discorda totalmente deste raciocínio e que considera a explicação mais estapafúrdia que já ouviu nos últimos tempos.

A **Sr.^a Presidente** pediu mais respeito, porque estava no uso da palavra, e disse que se os Srs. Vereadores quiserem mais alguma resposta deverão colocar as questões que depois responder-lhes-á.

Seguidamente pediu ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira que coloque a sua pergunta.

O **Sr. Vereador Aurélio** protestou, dizendo que a Sr.^a Presidente lhe quer pôr uma mordacha. Seguidamente referiu que quer saber o que o Secretário de Estado disse sobre a falta de areias em S. Pedro de Moel.

Seguiu-se uma troca de palavras entre a **Sr.^a Presidente, a Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Aurélio Ferreira.**

A **Sr.^a Presidente** pediu aos Srs. Vereadores para porem por escrito as perguntas que querem ver respondidas, que depois responderá, pois enquanto for Presidente da Câmara dirigirá as reuniões da forma que melhor entender.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A Sr.^a Presidente apresentou o seguinte voto de louvor durante o período de antes da ordem do dia:

Atribuição de voto de louvor público aos atletas, equipa técnica e direção do Sporting Clube Marinhense pela subida da equipa sénior de Hóquei em Patins à primeira divisão

491 - Considerando a subida da equipa sénior de Hóquei em Patins do Sporting Clube Marinhense à primeira divisão nacional de Hóquei em Patins no passado dia 2 de junho de 2018, pretende a Câmara Municipal da Marinha Grande reconhecer e louvar o esforço dos atletas, técnicos e dirigentes que contribuíram para este resultado.

Esta subida à primeira divisão nacional de Hóquei em Patins representa uma importante afirmação no plano desportivo e social do Sporting Clube Marinhense e do Município da Marinha Grande.

Face ao exposto, a Câmara Municipal da Marinha Grande, delibera expressar o seu agradecimento, e atribuir um voto de louvor público aos atletas e técnicos da equipa sénior de Hóquei em Patins e aos dirigentes do Sporting Clube Marinhense que contribuíram para a subida da equipa de Hóquei em Patins à primeira divisão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.^a Presidente** deu por concluído o período de antes da ordem do dia, interrompendo a reunião das 16:05 horas às 16:40 horas, para intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. Voto de louvor público a todos os funcionários e colaboradores da Câmara Municipal da Marinha Grande, e Associações, Clubes e Entidades que colaboraram para a realização das Festas da Cidade 2018

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

“Questionámos se estava garantido que todos os colaboradores da Câmara, bem como as Associações, Clubes e Entidades, estavam na lista louvada. Solicitámos o relatório final e as contas desta actividade.”

492 - Nos passados dias 1, 2 e 3 de junho de 2018 o Município da Marinha Grande realizou a 5ª edição das Festas da Cidade, evento que implicou o empenho, brio e dedicação de todos quantos trabalharam na sua preparação e contribuiriam para a realização deste evento, a que milhares de pessoas de todo o país puderam assistir e que a todos nós marinhenses orgulha.

Este agradecimento e reconhecimento é dirigido aos funcionários e a todas as Associações, Coletividades, Clubes e demais entidades que se associaram uma vez mais a este grande evento cultural e social do nosso concelho.

Sem esta colaboração, participação e trabalho árduo não teria sido possível realizar este evento e testemunhar a alegria e a satisfação dos milhares de marinhenses e demais visitantes, que nestes três dias encheram o Parque da Cerca.

É nestes termos que a Câmara Municipal da Marinha Grande manifesta publicamente o seu profundo agradecimento a todos aqueles que colaboraram para a realização desta manifestação cultural.

Face ao exposto a Câmara Municipal da Marinha Grande, delibera expressar o seu agradecimento e atribuir um voto de louvor público a todos os funcionários da Câmara Municipal que colaboraram na realização das Festas da Cidade 2018 e cuja listagem se encontra em anexo.

Mais delibera expressar o seu agradecimento e atribuir um voto de louvor público a todas as Associações, Clubes e Entidades que colaboraram na realização das Festas da Cidade 2018 e cuja listagem se encontra em anexo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

2. Aprovação da ata n.º 16, da reunião ordinária do dia 14 de maio de 2018

493 - Presente a ata n.º 16, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de maio de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Humberto Dias, por não ter estado presente na reunião.

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

3. Resumo de Tesouraria do dia 05 de junho de 2018

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia cinco de junho de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **15.759.972,41€** (quinze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e dois euros e quarenta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

4. 12.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018

494 - Presente proposta da 12ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

11.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2018 no valor de 158.146,64 euros nos reforços e de 158.146,64 euros nas anulações.

11.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2018 no valor de 47.940,00 euros nos reforços e de 47.940,00 euros nas anulações.

9.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2018 no valor de 152.262,00 euros nos reforços e de 152.262,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 12.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativos ao exercício económico de 2017

495 - Presentes os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativos ao exercício económico de 2017, constituídos por:

- Balanço Consolidado
- Demonstração de Resultados Consolidada
- Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais
- Relatório de Gestão que integra o anexo às demonstrações financeiras consolidadas
- Certificação Legal das Contas

conforme o preconizado no n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual, os quais se encontram integralmente elaborados, estão presentes nesta reunião camarária e serão posteriormente arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

A Câmara Municipal, após apreciação dos documentos indicados e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício económico de 2017 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma e no n.º 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

6. Cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março – Adenda à declaração de recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma – Receitas Fiscais

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Solicitámos que nos seja disponibilizada esta lista de recebimentos em atraso.”

496 - Presente informação 11RD/2017 de 25 de maio da Divisão Financeira e de Tecnologias e Informação, Área de Finanças, a informar que nos termos do preceituado no n.º 4 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, foi publicado pela Autoridade Tributária e Aduaneira o valor dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017 referente a receitas fiscais.

Considerando que nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser apresentada à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, até 31.01.2018, declaração dos pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma.

Considerando que à data da deliberação camarária de 31 de janeiro de 2018 a Autoridade Tributária e Aduaneira não tinha publicado o valor dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017, referentes a receitas fiscais, de forma a dar cumprimento ao enunciado na legislação supra.

Considerando a divulgação efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no mês de maio de 2018, foi emitida adenda à Declaração da Sra. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, conforme documento anexo.

A Câmara Municipal, após análise da documentação, delibera tomar conhecimento da adenda à declaração de recebimentos em atraso existentes à data de 31 de dezembro de 2017 e que respeita ao aditamento dos recebimentos em atraso provenientes de receitas fiscais.

Mais delibera submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7. Abertura de conta bancária – PDCT - Eficiência Energética

497 - Considerando que no dia 28 de fevereiro de 2018 foi submetida a candidatura *“Eficiência energética na Piscina Municipal de Vieira de Leiria ”* no âmbito do Aviso de Concurso n.º CENTRO-03-2017-52, no âmbito da Prioridade de Investimento 4.C - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação, conforme documento em anexo I.

Considerando que no dia 23 de abril de 2018 a foi celebrado contrato de empreitada com a entidade Sgcoin, S.A., conforme documento em anexo II.

Considerando que para efeitos de controlo da execução financeira da referida candidatura importa proceder à abertura de conta bancária afeta exclusivamente a este fim.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...).*”

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “PDCT - Eficiência Energética”, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros no âmbito das candidaturas submetidas sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- **Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;**
- **Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;**
- **Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;**
- **Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. Encerramento de conta bancária n.º 0035/0004053813049 da Caixa Geral de Depósitos

498 - Presente informação n.º 11RD/2018 de 4.6.2018, referente à proposta de encerramento da conta bancária n.º 0035/0004053813049 da Caixa Geral de Depósitos, designada por Contratualização CIMPL-QREN, na qual se refere que esta não apresenta qualquer movimentação, considerando que as candidaturas que estiveram na génese da sua abertura já se encontram encerradas.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, “(...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro em quem delegue (...)*”, subentendendo-se que o seu encerramento esteja sujeito à mesma condição.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento da conta bancária n.º 0035/0004053813049 da Caixa Geral de Depósitos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9. Encerramento de conta bancária n.º 0035/0441043004130 da Caixa Geral de Depósitos

499 - Presente informação n.º 13RD/2018 de 4.6.2018, referente à proposta de encerramento da conta bancária n.º 0035/0441043004130 da Caixa Geral de Depósitos, designada por POVT Overbooking, na qual se refere que esta não apresenta qualquer movimentação, considerando que a candidatura que esteve na génese da sua abertura já se encontra encerrada.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, “(...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro em quem delegue (...)*”, subentendendo-se que o seu encerramento esteja sujeito à mesma condição.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento da conta bancária n.º 0035/0441043004130 da Caixa Geral de Depósitos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. Encerramento de conta bancária n.º 0035/0004276523012 da Caixa Geral de Depósitos

500 - Presente informação n.º 14RD/2018 de 4.6.2018, referente à proposta de encerramento da conta bancária n.º 0035/0004276523012 da Caixa Geral de Depósitos, designada por QREN Overbooking, na qual se refere que esta não apresenta qualquer movimentação, considerando que as candidaturas que estiveram na génese da sua abertura já se encontram encerradas.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, "(...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro em quem delegue (...)*", subentendendo-se que o seu encerramento esteja sujeito à mesma condição.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento da conta bancária n.º 0035/0004276523012 da Caixa Geral de Depósitos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. Encerramento de conta bancária n.º 0035/00042214630 da Caixa Geral de Depósitos

501 - Presente informação n.º 12RD/2018 de 4.6.2018, referente à proposta de encerramento da conta bancária n.º 0035/00042214630 da Caixa Geral de Depósitos, designada por COMPETE – SAMA, na qual se refere que esta não apresenta qualquer movimentação, considerando que a candidatura que esteve na génese da sua abertura já se encontra encerrada.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, "(...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro em quem delegue (...)*", subentendendo-se que o seu encerramento esteja sujeito à mesma condição.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento da conta bancária n.º 0035/00042214630 da Caixa Geral de Depósitos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

12. Ratificação do despacho da Presidente da Câmara datado de 06 de maio de 2018 – Isenção de taxas pela emissão de licença especial de ruído, autorização para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, licença de publicidade e licença de recinto improvisado.

502 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através da E/5261/2018 de 5 de junho de 2018, o Clube Automóvel da Marinha Grande, solicitou a isenção das taxas pela licença especial de ruído, autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, licença de publicidade e licença de recinto improvisado para realização do Rally do Vidreiro – Centro de Portugal 2018, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, em vigor no Município da Marinha Grande.

Considerando que a iniciativa se realizará no dia 8 e 9 de junho;

Considerando que a câmara só reunirá ordinariamente no dia 11 de junho de 2018;

Considerando a importância cultural e económica do evento para o Concelho da Marinha Grande;

Considerando a data do evento não é possível reunir extraordinariamente a Câmara

Considerando a faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Sr.ª Presidente proferiu despacho de deferimento, relativamente à isenção do pagamento das taxas, ficando este ato sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, datado de 06 de junho de 2018, respeitante à isenção das taxas pela emissão da licença especial de ruído, da autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, da licença de publicidade e da licença de recinto improvisado, requerido pelo Clube Automóvel da Marinha Grande, para a realização do Rally do Vidreiro – Centro de Portugal 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13. Isenção do pagamento de taxas

503 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento de taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Atividade ruidosa temporária e excecional para realização do Festival do caracol nos dias 21, 22 e 23 de julho de 2018 e para instalação do circo Royal no período de 27-07-2018 a 09-09-2018;
- Recinto itinerante para instalação do circo Royal;
- Recinto improvisado para realização do Festival do caracol;
- Utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização do Festival do caracol
- Publicidade alusiva aos eventos

A **Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:
- Licença especial de ruído para evento a realizar dia 29-06-2018.

A **Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:
- Licença especial de ruído para a realização da procissão de Velas a realizar no dia 20-07-2018 e procissão solene a realizar no dia 21-07-2018;
Autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;

O **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:
- Autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas para o passeio de bicicletas 2018 a realizar dia 15-06-2018;

Presentes a informações nºs 39/AF, 40/AF, 41/AF e 42/AF de 06 de junho de 2018, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, a Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de ruído, autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, licença para instalação e funcionamento de recintos itinerantes e improvisados e licença de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente - Ratificação de despacho

504 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, datado de 23 de maio de 2018, com o registo n.º E/5010/2018. A visita será realizada por um grupo de alunos e integra-se no Projeto de Flexibilidade e Autonomia Curricular, no total de 43 alunos e 7 professores acompanhantes, e encontra-se agendada para o dia 29 de maio de 2018.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Que em anexo ao pedido foi enviada uma declaração/comprovativo do Registo Nacional de Pessoas Coletivas no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente está inscrito segundo o CAE 80211 - ENSINO BÁSICO (2.º E 3º CICLO), equivalente na revisão 3 do CAE ao código 8531 - ENSINO BÁSICO (3º CICLO), *que compreende as atividades do ensino básico do 3º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O agrupamento tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;

- A isenção estava prevista na alínea a), do n.º 3 do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido na alínea a), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho n.º 234/2018 da Sra. Presidente que isenta o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Nascente do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro no dia 29 de maio de 2018, para um total de cerca de quarenta e três alunos e sete professores acompanhantes, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

OBRAS PÚBLICAS

15. Execução da Rua Nova do Moínho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes – Cedência 68,35m² e 95m² de terreno de Moldes Catarino, Lda

505 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da rua Nova do Moínho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de Moldes Catarino, Lda, NIPC 501193820 que confronta a Norte com Estrada Nacional, a Sul com Rua Nova do Moínho de Cima, a Nascente com Joaquim Pires Neves e a Poente com António Custódio, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 19893. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 68,35m² e 95m², concordado com a execução do passeio projetado, tendo como contrapartida o prolongamento da gare existente para dentro da propriedade de acordo com a planta em anexo, no terreno adjacente pretende a execução de muro de suporte a confinar com o passeio a construir. Ambas as construções (passeio e muro de suporte do terreno adjacente) ficarão alinhadas com a estrema do poste de média tensão (estrema a sul).

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 68,35m² e 95m², do prédio urbano de que é proprietário Moldes Catarino, Lda, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 19893, que confronta a Norte com Moldes Catarino, Lda (artigo 19893), a Sul com Rua Nova do Moínho de Cima (ex-artigo 12287), a Nascente com Joaquim Pires Neves (ex-artigo 12287) e a Poente com António Custódio (ex-artigo 10717), para a execução da rua Nova do Moínho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida, tendo como contrapartida o prolongamento da gare existente para dentro da propriedade de acordo com a planta em anexo, no terreno adjacente pretende a execução de muro de suporte a confinar com o passeio a construir. Ambas as construções (passeio e muro de suporte do terreno adjacente) ficarão alinhadas com a estrema do poste de média tensão (estrema a sul), devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Receção provisória

506 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Provisória da obra “Remodelação da rede de abastecimento de água na rua Santa Isabel, rua do Salgueiro e rua D. João Pereira Venâncio - Concurso público n.º 11/2017”, adjudicada por deliberação camarária, de treze de julho de dois mil e dezassete, à empresa “Pinto & Braz, Ld.ª”, pelo valor de 185.050,60€ (cento e oitenta e cinco mil, cinquenta euros e sessenta cêntimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Receção provisória parcial

507 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Provisória Parcial da obra de “Requalificação da Rua Nova do Moinho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes - Concurso público n.º 22/2016”, adjudicada por deliberação de Câmara, de vinte e dois de maio de dois mil e dezassete, à empresa Construções Vieira Mendes, Ld.ª, pelo valor de 389.298,00€ (trezentos e oitenta e nove mil duzentos e noventa e oito euros), relativo aos trabalhos de rede de drenagem de águas residuais domésticas na rua José Alves Júnior e no caminho de ligação da rua da Indústria Metalúrgica à rua Nova do Moinho de Cima, coletor D2 e coletor D1, respetivamente, que se encontram concluídos.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que os trabalhos foram executados de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente os trabalhos supra enunciados, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

18. “Construção do Centro de Interface de Transportes Urbanos e do Terminal Rodoviário da Marinha Grande” - PA n.º 53/2017 - Aprovação do Anteprojeto

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Relativamente a este ponto os vereadores do MpM referiram que não conhecem o projeto. Como é possível trazer uma proposta para aprovar um anteprojeto que não conhecemos. Consideramos importante ver, analisar e discutir o este projeto, que envolve mais de 1,6M€. Solicitámos o envio de elementos do projecto de arquitectura para poder ser feita uma análise mais concreta do mesmo, com as peças desenhadas e escritas. Demos ainda nota de que este tipo de processos no futuro devem vir acompanhadas do projeto de arquitectura, das peças desenhadas e escritas previamente à reunião, não há razão para isto não acontecer.”

508 - Presente Informação n.º CS/34/2018, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 06 de Junho de 2018, propondo a aprovação do Anteprojeto da Construção do Centro de Interface de Transportes Urbanos e do Terminal Rodoviário da Marinha Grande, localizados no Largo 26 de Março, na freguesia da Marinha Grande, concelho da Marinha Grande.

O Município da Marinha Grande pretende construir no antigo Parque da Móvil, um Centro de Interface de Transportes Urbanos, prevendo estacionamento, passeios e ciclovia, posto de abastecimento para carros elétricos, paragem de autocarros para os serviços da TUMG e parque de estacionamento de táxis. Pretende-se ainda prever a continuidade de uma rede de modos suaves, especialmente, no sistema pedonal e sistema ciclável, que valorize a

inserção paisagista no contexto urbano da Cidade da Marinha Grande e que promova e facilite a deslocação interior da cidade (principalmente da deslocação entre o centro funcional e um dos polos industriais- gerador de grande parte do emprego da cidade), permitindo também a conexão às redes exteriores existentes, no que diz respeito às ciclovias.

Mais se informa, que este anteprojecto observa as normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em análise e que o mesmo contempla os elementos descritos no artigo 43º do Código de Contratos Públicos, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o Anteprojecto da Construção do Centro de Interface de Transportes Urbanos e do Terminal Rodoviário da Marinha Grande, localizados no Largo 26 de Março, na freguesia da Marinha Grande, concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º nº 71/18, datado de 12/01/2018 - Proc.º nº 8/18, datado de 12/01/2018 - Tiago Alexandre Duarte Cardoso

509 - Presente requerimento n.º 71/18, datado de 2018/01/12, constante do processo camarário n.º 8/18, subscrito por **TIAGO ALEXANDRE DUARTE CARDOSO**, com o NIF 211585467, residente em rua Sociedade Recreativa 1.º Maio, n.º 181, lote 6, fração A, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Ampliação e alteração de moradia e construção de muros de vedação”** incluindo a **“Demolição de edificação existente”**, incidente sobre um prédio urbano, sito no lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 19004 e inscrito na matriz sob o artigo número 2573.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/05/28, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “Ampliação e alteração de moradia e construção de muros de vedação” incluindo a “Demolição de edificação existente”, incidente sobre um prédio urbano, sito no lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 19004 e inscrito na matriz sob o artigo número 2573, com o número de processo 8/18, com data de entrada em 2018/01/12, apresentado por TIAGO ALEXANDRE DUARTE CARDOSO, com o NIF 211585467, residente em rua Sociedade Recreativa 1.º Maio, n.º 181, lote 6, fração A, freguesia e concelho de Marinha Grande, o mesmo, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses a

contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º nº 525/18, datado de 15/03/2018 - Proc.º nº 533/17, datado de 29/11/2017 - Acogi Acessórios e Componentes para a Indústria, Lda

510 - Presente pedido com os registos n.º 2039/17, datado de 29/11/2017 e n.º 525/18, datado de 15/03/2018, relativos à construção de um edifício industrial e muros de vedação, na rua da Lagoinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8503 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2282, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 533/17, com data de entrada de 29/11/2017, apresentado por **AAcogi Acessorios e Componentes para a Industria, Lda**, com o NIPC 506 057 518, com sede na rua da Marinha Pequena, Armazém A, Porta n.º 33, Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 9/05/2018, que atesta que o projeto de arquitetura cumpre as normas e regulamentos legais aplicáveis, nomeadamente os decorrentes do PDM da Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 24/05/2018, que refere que os alinhamentos e configuração da proposta se adequam ao estudo elaborado pelos serviços técnicos para a rua da Lagoinha;

Presente informação técnica, datada de 29/05/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo à construção de um edifício industrial e muros de vedação, no prédio sito na rua da Lagoinha, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8503 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2282, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 533/17, com data de entrada de 29/11/2017, apresentado por Acogi Acessorios e Componentes para a Industria, Lda, com o NIPC 506 057 518, com sede na rua da Marinha Pequena, Armazém A, Porta n.º 33, Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. - Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
2. - Assegurar a execução dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a pavimentação entre o muro de vedação fronteiro e a faixa de rodagem da rua da Lagoinha, nos termos expressos no presente processo;

Mais deliberou aceitar a cedência de uma área de 108,5 m2, a retirar do prédio a que se refere o presente processo, destinada a arruamento público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 986/18, datado de 23/05/2018 - Proc.º n.º 78/18, datado de 02/03/2018 - Tecnifreza-Ind. de Moldes, S.A.

511 - Presente pedido com o registo n.º 427/18, datado de 2/03/2018, relativo a legalização de telheiro de sombreamento, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16056 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2333, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 78/18, com data de entrada de 2/03/2018, apresentado por **Tecnifreza-Ind. de Moldes, S.A.**, com o NIPC 502 151 200, com sede na estrada do Guilherme, n.º 119, lugar de Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente parecer técnico desfavorável, datado de 14/04/2018;

Presente deliberação de Câmara, datada de 30/04/2018, a conceder à empresa requerente um prazo de 15 dias para apresentar, em sede de audiência prévia, ao abrigo dos artigos 121º e 122º do CPA, as alegações que considerasse necessárias face à sua intenção de indeferimento do processo, tendo o teor desta deliberação sido comunicado pelo ofício n.º 548/18, datado de 4/05/2018 e rececionado a 11/05/2018;

Presente pedido com o registo n.º 986/18, datado de 23/05/2018, com a reformulação do projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 1/06/2018, que atesta encontrar-se o atual projeto de arquitetura em condições de merecer aprovação;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a legalização de telheiro de sombreamento, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16056 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2333, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 78/18, com data de entrada de 2/03/2018, apresentado por Tecnifreza-Ind. De Moldes, S.A., com o NIPC 502 151 200, com sede na estrada do Guilherme, n.º 119, lugar de Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande, ficando o licenciamento da presente operação urbanística condicionada à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos de especialidade aplicáveis, designadamente o de estabilidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 761/18, datado de 18/04/2018 - Proc.º n.º 383/17, datado de 21/08/2017 - VIPEX - Comércio e Indústria de Plásticos, S.A.

512 - Presente pedido com o registo n.º 761/18, datado de 18/04/2018, relativo a alterações em obra, ao abrigo do art. 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, cujos trabalhos, titulados pelo alvará de obras de ampliação n.º 85/17, que se reporta ao processo de licenciamento n.º 383/17, com data de entrada de 21/08/2017, apresentado por VIPEX - Comércio e Indústria de Plásticos, S.A.,

com o NIPC 503 087 599, com sede na Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande, decorrem no prédio sito na rua das Rosas, Pedra de Cima, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20080 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19954-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande;
Presente informação técnica, datada de 04/06/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a alterações em obra, apresentado ao abrigo do art. 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, cujos trabalhos, titulados pelo alvará de obras de ampliação n.º 85/17, que se reporta ao processo de licenciamento n.º 383/17, com data de entrada de 21/08/2017, apresentado por VIPEX - Comércio e Indústria de Plásticos, S.A., com o NIPC 503 087 599, com sede na Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande, decorrem no prédio sito na rua das Rosas, Pedra de Cima, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20080 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19954-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, ficando o licenciamento da presente alteração condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, de acordo com o n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis, designadamente o de estabilidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº928/18, datado de 14/05/2018 - Proc.º n.º 467/17, datado de 20/10/2017 - SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda.

513 - Presente requerimento n.º 928/18, datado de 2018/05/14, constante do processo camarário n.º 467/17, subscrito por **SOLO E BETÃO - Compra e Venda De Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda.**, com o NIPC 504583875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de edifício habitacional e muros de vedação”**, composto por dois fogos, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua da Fé, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20294 e inscrito na matriz sob o artigo número 20294-P.
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/06/05, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de edifício habitacional e muros de vedação”, composto por dois fogos, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua da Fé, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20294 e inscrito na matriz sob o artigo número 20294-P, com o número de processo 467/17, com data de entrada em 2017/10/20, apresentado por SOLO E BETÃO - Compra e Venda De Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda., com o NIPC 504583875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, e

considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE, incluindo projeto da rede de drenagem de águas residuais pluviais, garantindo o cumprimento do art. 48.º do regulamento Municipal de edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 90,50m2, ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Fé, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “**IMPLANTAÇÃO e Projecto de Muro Frontal**”, com o número “N.º 1A”, datada de maio de 2018, entregue a coberto do requerimento n.º 928/18, datado de 2018/05/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 930/18, datado de 14/05/2018 - Proc.º nº 180/18, datado de 14/05/2018 - SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda.

514 - Presente requerimento n.º 930/18, datado de 2018/05/14, constante do processo camarário n.º 180/18, subscrito por **SOLO E BETÃO - Compra e Venda De Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda.**, com o NIPC 504583875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento de Obras de Urbanização, tendo em vista dotar o prédio sito na rua da Fé, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20426 inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo número 20294-P, da infraestrutura de Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas, face ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de edifício habitacional e muros de vedação*”, composto por dois fogos, constante do processo camarário n.º 467/17. Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/05/30, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação camarária.

Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:

DEFERIR, nos termos do disposto no art. 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, as Obras de Urbanização tendo em vista dotar o prédio sito na rua da Fé, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20426 inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo número 20294-P, da infraestrutura de Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas, face ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de edifício habitacional e muros de vedação*”, composto por dois fogos, constante do processo camarário n.º 467/17, com o condicionalismo da prestação de caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do RJUE, no valor de € 1.979,50 (mil novecentos e setenta e nove euros e cinquenta cêntimos).

Delibera ainda, nos termos do art. 53.º do RJUE, estabelecer um prazo de execução de 1 mês para a realização das respetivas obras de urbanização.

Mais informa que deverá comunicar aos respetivos serviços, o início das obras de urbanização a levar a efeito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 954/18, datado de 17/05/2018 - Proc.º nº 374/17, datado de 17/08/2017 - José Filipe Silva Oliveira

O **Sr. Vereador Humberto Dias** não participou na apreciação e votação deste processo, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea d), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o autor do projeto.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

515 - Presente pedido com o registo nº 954/18, datado de 17/05/2018, relativo a **legalização de ampliações efetuadas e licenciamento de ampliações pretendidas num edifício destinado a serviços (restauração e bebidas) e habitação**, sito no nº 91 da estrada do Guilherme, Comeira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 11809 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 12915, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 374/17, com data de entrada de 17/08/2017, apresentado por **José Filipe Silva Oliveira**, com o NIF 128 139 943, residente no mesmo local, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 27/12/2017;

Presente informação técnica, datada de 30/05/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade em condições de ser aceites;

Presente informação técnica, datada de 1/06/2018, que confirma encontrar-se o processo em condições de merecer deferimento, propondo a sua aprovação.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliações efetuadas e licenciamento de ampliações pretendidas num edifício destinado a serviços (restauração e bebidas) e habitação, sito no nº 91 da estrada do Guilherme, Comeira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 11809 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 12915, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 374/17, com data de entrada de 17/08/2017, apresentado por José Filipe Silva Oliveira, com o NIF 128 139 943, residente no mesmo local.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando**

também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, obrigando-se esta a respeitar o projeto e as condições do licenciamento.

- 3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º nº 740/18, datado de 16/04/2018 - Proc.º nº 342/17, datado de 31/07/2017 - Ana Lúcia Domingues da Silva

516 - Presente requerimento n.º 740/18, datado de 2018/04/16, constante do processo camarário n.º 342/17, subscrito por **ANA LÚCIA DOMINGUES DA SILVA**, com o NIF 220962480, residente em rua do Sobreiro, n.º 19A, Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação”** incluindo a **“Demolição de edificação existente”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua do Sobreiro, n.º 19, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15273 e inscrito na matriz sob o artigo número 3309, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/01/26.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2018/05/22, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação”** incluindo a **“Demolição de edificação existente”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua do Sobreiro, n.º 19, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15273 e inscrito na matriz sob o artigo número 3309, com o número de processo 342/17, com data de entrada em 201712/04, apresentado por **ANA LÚCIA DOMINGUES DA SILVA**, com o NIF 220962480, residente em rua do Sobreiro, n.º 19A, Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua do Sobreiro, com largura de 1,60m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m

(altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada.

2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 17,16m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua do Sobreiro, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO”, com o número “01a”, datada de “02 OUT 2017”, entregue a coberto do requerimento n.º 2062/17, datado de 2017/12/04, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º nº 864/18, datado de 04/05/2018 - Proc.º n.º 149/17, datado de 18/04/2017 - João Angelino Moderno

517 - Presente processo camarário n.º 149/17, registado em 2017/04/18, referente ao pedido de licenciamento de obra (legalização) de **construção de uma moradia e anexos existentes, licenciamento de obra de alteração e ampliação da moradia e da obra de construção de um muro**, com procedimento de demolição de construções existentes no prédio integrado no procedimento de licença, a levar a efeito no prédio urbano sito na Rua da Azinheira n.º 69, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3575, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1465, apresentado por João Angelino Moderno, com o NIF 159859522, residente na Rua Luís de Camões - Edifício D. João V, n.º 45B, 2.º. Esq., no lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2017/08/17.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/06/01, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra (legalização) de construção de uma moradia e anexos existentes, licenciamento de obra de alteração e ampliação da moradia e da obra de construção de um muro, com procedimento de demolição de construções existentes no prédio integrado no procedimento de licença, a levar a efeito no prédio

urbano sito na Rua da Azinheira n.º 69, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3575, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1465, apresentado por João Angelino Moderno, com o NIF 159859522, residente na Rua Luís de Camões - Edifício D. João V, n.º 45B, 2º. Esq., no lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2017/08/17.

- INFORMAR que mantém-se a decisão de aceitar a cedência para o domínio público da faixa de terreno com a área de 11 m2, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua da Azinheira, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação, Desenho n.º 1.2A”, entregue a coberto do Requerimento n.º 1274, registado em 2017/07/19, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- INFORMAR o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a pavimentação do passeio em calçada de calcário com as dimensões 0,05x0,05x0,05m, após execução de uma base em Tout- Venant com 0,15m de espessura.

4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

5- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

6- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Req.º nº 590/18, datado de 22/03/2018 - Proc.º n.º 100/18, datado de 22/03/2018 - TJ MOLDES SA

518 - Presente pedido com o registo n.º 590/18, datado de 22/03/2018, relativo a licenciamento de ampliação de instalações industriais, sitas na rua da Indústria Metalúrgica, no terreno constituído pelos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6345 e 15669 e inscritos respetivamente na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1058 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18349, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 100/18, com data de entrada de 22/03/2018, apresentado por TJ MOLDES SA, com o NIPC 501 376 933, com sede em Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;
Presente parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, datado de 15/11/2017, relativo à operação urbanística pretendida;
Presente informação técnica, datada de 05/06/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de instalações industriais, sitas na rua da Indústria Metalúrgica, no terreno constituído pelos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6345 e 15669 e inscritos respetivamente na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1058 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18349, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 100/18, com data de entrada de 22/03/2018, apresentado por TJ MOLDES SA, com o NIPC 501 376 933, com sede em Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Req.º nº 298/18, datado de 16/02/2018 - Proc.º n.º 31/18, datado de 05/02/2018 - Carlos Figueiredo Dinis

519 - Presentes requerimentos n.º 2166/17 e n.º 298/18, registados em 2017/12/20 e em 2018/02/16, respetivamente, referentes ao processo camarário n.º 31/18, registado em 2018/02/05, relativo ao pedido de **licenciamento (legalização) de alteração da descrição da área bruta de construção constante no projeto de arquitetura do processo camarário n.º 45/15, com Alvará de Licença de Legalização n.º 22/15, respeitante ao edifício erigido no prédio sito na Rua da Foz, n.º 44 e n.º 46, lugar da Praia da Vieira,**

freguesia de Vieira de Leiria, concelho de marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3114 e omisso na matriz urbana, apresentado por **Carlos Figueiredo Dinis**, com o NIF 101398530, residente na Rua da Sede, n.º 2 Viseu.

Presente parecer técnico, datado de 2018/05/30, que aponta para uma decisão favorável.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento (legalização) de alteração da descrição da área bruta de construção constante no projeto de arquitetura do processo camarário n.º 45/15, com Alvará de Licença de Legalização n.º 22/15, constante do processo camarário n.º 31/18, registado em 2018/02/05, respeitante ao edifício erigido no prédio sito na Rua da Foz, n.º 44 e n.º 46, lugar da Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3114 e omisso na matriz urbana, apresentado por Carlos Figueiredo Dinis, com o NIF 101398530, residente na Rua da Sede, n.º 2 Viseu.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º nº 657/18, datado de 03/04/2018 - Proc.º nº 343/06, datado de 22/05/2016 - URBIFIX - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda.

520 - Presente requerimento n.º 657/18, datado de 2018/04/03, constante do processo camarário n.º 343/06, subscrito por **URBIFIX - Sociedade De Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda.**, com o NIPC 504239112, com sede em rua Eng. André Navarro, n.º 32 - loja A, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de **licenciamento da "Legalização da Alteração de Loteamento Urbano"**, sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 01/09, datado de 2009/06/17, emitido em nome de **URBIFIX - Sociedade De Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda.**, a incidir na componente de espaços verdes e de utilização coletiva e respetivos espaços comuns, nomeadamente com ajustes no desenho das gares de estacionamento, no dimensionamento das caldeiras e ainda com a supressão do mobiliário urbano que se encontrava inicialmente previsto.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/04/24, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma possa ser deferida.

Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:

DEFERIR, nos termos do disposto no n.º 8 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e edificação - RJUE, a alteração à licença da **"Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização"** - legalização, titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 01/09, datado de 2009/06/17, emitido em nome de **URBIFIX - Sociedade De Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda.**, a incidir na componente de espaços verdes e de utilização coletiva e respetivos espaços comuns, nomeadamente com ajustes no desenho das gares de estacionamento, no

dimensionamento das caldeiras e ainda com a supressão do mobiliário urbano que se encontrava inicialmente previsto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Req.º nº 826/18, datado de 27/04/2018 - Proc.º nº 150/18, datado de 27/04/2018 - João Rodrigues Correia

521 - Presente requerimento nº 826/18, registado em 2018/04/27, do processo camarário nº 150/18, registado em 2018/04/27, referente ao projeto de arquitetura do pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia e muros**, para o prédio rústico sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo nº 5660, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 1469, apresentado por **João Rodrigues Correia**, com o NIF 146590058, com residência na Rua Dr. Luís Gomes - Bloco D, 1A, 1.º Andar - Frente, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2018/05/15, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimentos nº 826/18, registado em 2018/04/27, subscrito por João Rodrigues Correia, com o NIF 146590058, com residência na Rua Dr. Luís Gomes - Bloco D, 1A, 1.º Andar - Frente, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, do processo camarário nº 150/18, registado em 2018/04/27, referente ao projeto de arquitetura do pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e muros, para o prédio rústico sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo nº 5660, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 1469, bem como o parecer técnico datado de 2018/05/15, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciarem em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, por o projeto violar o Regulamento do PDM-MG, nomeadamente por considerar a construção de muros laterais à distância de 6.28 m e 6.30 m da linha de água, sendo essas distâncias inferiores à distância de 10 m fixada por “Servidão do Domínio Público Hídrico” no artigo 28º nº 1 alínea a) do Regulamento do PDM-MG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º nº 2111/17, datado de 12/12/2017 - Proc.º nº 476/17, datado de 25/10/2017 - Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro

522 - Presentes requerimentos nº 1831/17 e nº 2111/17, registados em 2017/10/25 e 2017/12/12, respetivamente, do processo camarário nº 476/17, registado em 2017/10/25, referente ao projeto de arquitetura do pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia e muros**, para o prédio urbano sito na Rua do Casal D'Anja, nº 62, lugar de Casal

D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 4450, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2785, apresentado por **Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro**, com o NIF 232715033, e por Rui Filipe Ribeiro Azinheiro, com o NIF 231679220, residentes na Rua Guerra Pereira, n.º 22, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2018/05/28, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 1831/17 e n.º 2111/17, registados em 2017/10/25 e 2017/12/12, respetivamente, subscritos por **Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro**, com o NIF 232715033, e por **Rui Filipe Ribeiro Azinheiro**, com o NIF 231679220, residentes na Rua Guerra Pereira, n.º 22, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, do processo camarário n.º 476/17, registado em 2017/10/25, referente ao projeto de arquitetura do pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e muros, no prédio urbano sito na Rua do Casal D'Anja, n.º 62, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 4450, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2785, bem como o parecer técnico datado de 2018/05/28, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR os requerentes, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciarem em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o projeto violar norma regulamentar aplicável, nomeadamente por:

- a) No projeto não constar a indicação material de revestimento das paredes e pavimentos da cozinha, instalações sanitárias e locais de lavagem e por não apresentar instalação sanitária equipada com banheira, conforme artigo n.º 31.º, artigo 41.º e n.º 1 do artigo 84.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU;
- b) Os muros projetados não observarem características descritas no artigo 18.º n.º 1 alíneas b), c) e f) do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG.

Delibera ainda informar os interessados que:

- A revisão do projeto deverá ainda contemplar a apresentação do Alçado Norte, nos termos constantes na Portaria n.º 113/2015, de 22/04, N.º 15, (ii), sem corte, com a estrutura de suporte da pérgula projetada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º nº 156/18, datado de 26/01/2018 - Proc.º nº 21/18, datado de 26/01/2018 - Maria Goreti Gil Ferreira e Andreia Raquel Fino Ferreira

523 - Presente requerimento n.º 156/18, registado em 2018/01/26, subscrito por **Maria Goreti Gil Ferreira**, com o NIF 116107758, com residência na Rua das Carregueiras, n.º 33, em Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **Andreia Raquel Fino Ferreira**, com o NIF 259257753, com residência na Rua do Lamarão, n.º 27, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, do processo camarário n.º 21/18, registado em 2018/01/26, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) de obra de alteração e**

ampliação de moradia e da obra de construção (legalização) de dois edifícios anexos, destinados ao uso complementar da habitação, erigidos no prédio urbano sito na Rua Central, n.º 106, lugar da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 7964, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3390.

Presentes pareceres técnicos datados de 2018/05/16 e de 2018/05/25, que referem não se encontrarem os projetos aptos a aprovação.

Após análise dos projetos apresentados pelo requerimentos n.º 156/18, registado em 2018/01/26, subscrito por Maria Goreti Gil Ferreira, com o NIF 116107758, com residência na Rua das Carregueiras, n.º 33, em Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por Andreia Raquel Fino Ferreira, com o NIF 259257753, com residência na Rua do Lamarão, n.º 27, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, do processo camarário n.º 21/18, registado em 2018/01/26, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação de moradia e da obra de construção (legalização) de dois edifícios anexos, destinados ao uso complementar da habitação, erigidos no prédio urbano sito na Rua Central, n.º 106, lugar da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 7964, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3390, bem como os pareceres técnicos datados de 2018/05/16 e de 2018/05/25, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR as requerentes, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciarem em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por os projetos de arquitetura e especialidades não assegurarem normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, por não demonstrar adequação ao n.º 10 do artigo 5º do Regulamento do PDM da Marinha Grande, quanto à previsão de estacionamento, e não assegurar normas legais e regulamentares, nomeadamente o Regulamento Geral das Edificações Urbanas RGEU, nos seus artigo 66.º n.º 1, por o projeto tratar de habitação T2 cuja sala apresenta área inferior a 12 m2, e artigo 71.º n.º 1, por apresentar compartimento habitável (quarto) com dois vãos de iluminação, sendo que o vão de iluminação e ventilação, praticado na parede, em comunicação direta com o exterior, lado poente, tem área inferior a a um décimo da área do compartimento, e o vão de iluminação e ventilação voltado para o norte não assegura as condições descritas no artigo 73º do RGEU.

A Câmara Municipal delibera ainda informar as requerentes do seguinte:

1- O projeto apresenta um conjunto alargado de elementos instrutórios em falta determinantes à tomada de decisão sobre o mesmo, nomeadamente:

- a) Ficha Estatística devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar, conforme alínea l) do n.º 15 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04;
- b) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 163/06, de 08/08, e pelo coordenador de projeto que ateste a compatibilidade entre os projetos, de acordo com o n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

- c) Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, conforme alínea e) do n.º 15 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04;
- d) Estimativa do custo total da obra, incluindo valores referentes a demolições e arranjos exteriores, quando existam, conforme alínea h) do n.º 15 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04;
- e) Calendarização da execução da obra, conforme alínea g) do n.º 15 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04;
- f) Plano de Acessibilidade, plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada (tipologias do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/06, de 08/08), conforme alínea i) do N.º 15 da Portaria n.º 113/2015, de 22/04;
- g) Enquadramento da pretensão nos planos municipais e especiais de ordenamento do território vigentes e operação de loteamento se existir, conforme alínea c) do n.º 5 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04;
- h) Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior contendo, entre outros, a indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores e recetáculo postal;
- i) Plantas à escala 1:50 ou 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos, corretamente cotadas, incluindo cotas de nível dos pavimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário, incluindo aproveitamento dos forros e outros espaços não habitáveis, sempre que se preveja o acesso aos mesmos. A Planta da Cobertura, deverá indicar, conforme os casos, tubos de ventilação de instalações sanitárias, tubos de ventilação do sistema de esgotos, tubo de queda de drenagem de águas pluviais, fugas e material empregue nas chaminés e escadas de acesso, se as houver, conforme alínea f) (i) do n.º 15 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04;
- j) Alçados à escala 1:50 ou 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, conforme alínea f) (ii) do n.º 15 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04;
- k) Localização da recolha de águas residuais na planta de implantação e definição na memória descritiva.

2- Nos termos previstos na alínea d) do nº 2 do Art 57º do RMEUMMG, deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Projeto de rede de gás ou termo de responsabilidade passado por instalador credenciado ou justificação legal para a sua não apresentação;
- b) Projeto atualizado da rede de águas no que concerne ao traçado da rede com elementos representativos da ligação à rede pública de abastecimento de água e localização de contador;
- c) Projeto de ITED do edifício ou apresentação da prova em como o edifício se encontra dotado de telefone com a entrega de fotocópia da fatura atualizada do fornecimento com a empresa de serviço telefónico.

3- Entre outros, para o prédio objeto do pedido, foi identificado o processo camarário n.º 200/1989, com licença n.º 789/1989, em nome de Helena Ascenso Gil, referente à obra de construção de um barracão, com um piso e cerca de 37 m2 de área bruta de construção.

A análise comparativa entre a descrição dos materiais a aplicar na construção do barracão, constante memória descritiva do projeto licenciado (PC 200/1989), e a obra executada, segundo fotos que integram o processo em apreciação (PC n.º 21/18), permite identificar que na construção erigida foram utilizados diferentes materiais e diferentes características construtivas daquelas descritas no projeto licenciado.

Consta do projeto licenciado:

“Construção/Materiais

Fundações

Contínua em betão ciclópico

Paredes em elevação

Em alvenaria de tijolo cerâmico de 0,30x0,20x0,15, rebocadas e pintadas.

Pavimento

Em alcatifa aplicada sobre betonilha regularizada.

Cobertura

Em laje aligeirada com tela asfáltica e platibanda.

Caixilharia

Em alumínio anodizado na cor natural.”

Considerando que no presente projeto a representação gráfica do edifício, bem como as fotos anexadas, não são idênticas ao projeto licenciado, deverá ser revisto e completado o presente processo, com vista ao licenciamento de obras de alteração/legalização concretizadas também no barracão, devendo ainda indicar o uso conferido ou previsto para o edifício (barracão).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. Req.º nº 861/18, datado de 04/05/2018 - Proc.º n.º 125/07, datado de 19/02/2007 - Manuel Joaquim de Sousa Rosa e Maria Raquel Amado Diniz Pereira Rosa

524 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 861/18, datado de 04/05/2018 apresentado por **Manuel Joaquim de Sousa Rosa**, com o NIF 135548950, e por **Maria Raquel Amado Diniz Pereira Rosa**, com o NIF 150703031, ambos com morada em Rua João Miller, n.º 3, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua João Miller, n.º 3, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações e de legalização de telheiro e garagem, licenciada no âmbito do processo camarário n.º 125/07, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 71/12, emitido em 04/01/2013.

Presente parecer técnico datado de 25/05/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua João Miller, n.º 3, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Manuel Joaquim de Sousa Rosa, com o NIF 135548950, e de Maria Raquel Amado Diniz Pereira Rosa, com o NIF 150703031, ambos com morada em Rua João Miller, n.º 3, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. Req.º nº 856/18, datado de 03/05/2018 - Proc.º nº 487/16, datado de 25/11/2016 - Yaroslav Abakumov

525 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 861/18, datado de 04/05/2018 apresentado por **Yaroslav Abakumov**, com o NIF 271884282, com morada em Rua de Damão, nº 5, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua de Damão, Benta, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações na moradia e de construção de anexo, licenciada no âmbito do processo camarário nº 487/16, titulada pelo alvará de licença de legalização nº 83/17, emitido em 17/11/2017.

Presente parecer técnico datado de 25/05/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista nº 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua de Damão, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Yaroslav Abakumov, com o NIF 271884282, com morada em Rua de Damão, nº 5, Benta, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto,

correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. Req.º nº 922/18, datado de 14/05/2018 – Proc.º n.º 89/17, datado de 15/03/2017 – Maria Odete Gomes Feteira, Maria Anália Feteira Tomé Ferreira, Maria Clara Feteira Tomé, Chantal Feteira Tomé e Apolinário Feteira Tomé

526 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 861/18, datado de 04/05/2018 apresentado por **Maria Odete Gomes Feteira**, com o NIF 166362379, com morada em Rua dos Outeiros da Passagem, n.º 23, Vieira de Leiria, por **Maria Anália Feteira Tomé Ferreira**, com o NIF 125615973, com morada em Rua da Cabine, n.º 10, Louriçal, por **Maria Clara Feteira Tomé**, com o NIF 189409380, com morada em Rua da Lagoa, n.º 24, 2.º Esq.º, Praia da Vieira, por **Chantal Feteira Tomé**, com o NIF 166362395, com morada em Rua Ilha do Corvo, n.º 10, 2.º Fte Esq.º, Casal da Formiga, e por **Apolinário Feteira Tomé**, com o NIF 186584733, com morada em Rua D. Manuel Magalhães Pessoa, n.º 11, R/C, Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Outeiros da Passagem, 21-23, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alteração e ampliação de moradia e de construção de anexo, licenciada no âmbito do processo camarário n.º 89/17, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 32/18, emitido em 09/05/2018.

Presente parecer técnico datado de 24/05/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Outeiros da Passagem, 21-23, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Manuel Joaquim de Sousa Rosa, com o NIF 135548950, e de Maria Odete Gomes Feteira, com o NIF 166362379, com morada em Rua dos Outeiros da Passagem, n.º 23, Vieira de Leiria, Maria Anália Feteira Tomé Ferreira, com o NIF 125615973, com morada em Rua da Cabine, n.º 10, Louriçal, Maria Clara Feteira Tomé, com o NIF 189409380, com morada em Rua da Lagoa, n.º 24, 2.º Esq.º, Praia da Vieira, Chantal Feteira Tomé, com o NIF 166362395, com morada em Rua Ilha do Corvo, n.º 10, 2.º Fte Esq.º, Casal da Formiga, e de Apolinário Feteira Tomé, com o NIF 186584733, com morada em Rua D. Manuel Magalhães Pessoa, n.º 11, R/C, Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. Req.º nº 1044/18, datado de 04/06/2018 – Proc.º nº 213/18, datado de 04/06/2018 – Adriano Tomé Epifânio

527 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1044/18, datado de 04/06/2018, apresentado por **Adriano Tomé Epifânio**, com o NIF 133941485, com morada em Rua do Litoral Oeste, nº 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a fração “D” do edifício sito na Rua da Maré Alta, nº 5, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo nº 1197/1984, titulada pelo alvará de construção nº 112, emitido em 08/02/1985.

Presente parecer técnico datado de 04/06/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09/09.

Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “D” do edifício sito em Rua da Maré Alta, nº 5, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Adriano Tomé Epifânio, com o NIF 133941485, com morada em Rua do Litoral Oeste, nº 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. E/10136/2017 - Reclamação sobre a existência de escombros a acumular lixo na Rua da Boavista - Praia da Vieira - Determinação da realização de vistoria

528 - Presente correio eletrónico registado sob o n.º E/10136/2017, datado de 14/11/2017, apresentado por Nélia Dinis Silva, com morada em Rua Stº António de Platina nº 1, Talhões, Vieira de Leiria, através do qual é apresentada reclamação sobre a existência de escombros de uma edificação, junto ao numero 35 da Rua da Boavista, Praia da Vieira, solicitando a intervenção do município, tendo em conta a acumulação de lixo e dejetos no local;

Considerando que:

O prédio objeto da reclamação apresenta um elevado estado de degradação;

- A situação descrita pela reclamante poderá colocar em risco a saúde pública, face à alegada acumulação de lixo e dejetos no local, tratando-se, além do mais, de uma zona habitacional;

- De acordo com o n.º 3 do artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a Câmara Municipal pode, a requerimento de qualquer interessado, ordenar a demolição, total ou parcial, das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas;

- Tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 89.º do RJUE, a Câmara Municipal pode determinar a execução de obras necessárias à correção das más condições de higiene, segurança ou de salubridade existentes;

- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do RJUE, a determinação de medidas que visem a correção de más condições de higiene, segurança ou de salubridade existentes, ou de condições que ofereçam perigo para a saúde pública, deve precedida da realização de vistoria, a determinar pela Câmara Municipal;

A Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito na Rua da Boavista (confinante com o numero 35), Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de Vitor Fernando Matos, residente em Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 48, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, ou ofereçam perigo para a saúde pública, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 27/06/2018, pelas 10h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Ricardo Santos

Dra. Eunice Marques

Membros suplentes:

Engenheiro Rui Vicente

Arquiteto Alexandre Fava

Engenheiro Vasco Fernandes

NOTIFICAR o proprietário do imóvel, bem como a reclamante, da realização da vistoria, convocando-os a estarem presentes na mesma.

INFORMAR a Unidade de Saúde Pública - Serviço Local da Marinha Grande da reclamação apresentada bem como da realização da vistoria, convidando esta entidade a nomear um técnico para integrar a Comissão de Vistorias, caso entenda pertinente.

INFORMAR a reclamante, proprietário do imóvel confinante com o prédio objeto da reclamação, bem como o proprietário do imóvel objeto da vistoria, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Req.º nº 708/16, datado de 03/05/2016 – Proc.º nº 423/15, datado de 12/11/2015 – Luís Miguel Rodrigues Sapateiro

529 - Presente processo camarário nº 423/15, registado em 2015/11/12, subscrito por **LUÍS MIGUEL RODRIGUES SAPATEIRO**, com o NIF nº 227718747, residente na Rua da Charnequinha, nº 32A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Terras de Cima, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o nº 446, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moita sob o artigo nº 1.913, aprovado por deliberação final tomada na reunião de 2016/07/07.

Presente informação técnica datada de 2018/05/28, sobre o limite do prazo fixado no n.º 1 do artigo 76º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, para o interessado requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2018/05/28, e:

- 1- Considerando que o interessado, LUÍS MIGUEL RODRIGUES SAPATEIRO, com o NIF nº 227718747, residente na Rua da Charnequinha, nº 32A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, foi notificado através do ofício nº 749/16, de 2016/07/14, rececionado em 2016/07/19, da deliberação final do pedido de licenciamento de obra de “Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Terras de Cima, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o nº 446, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moita sob o artigo nº 1.913, referente ao processo camarário nº 423/15, registado em em 2015/11/12, aprovado por deliberação final tomada na reunião da Câmara Municipal de 2016/07/07.**
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja**

até 2017/07/19, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

- 3- Considerando que o interessado tinha até ao dia 2017/07/19 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 5- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo camarário n.º camarário n.º 423/15, registado em 2015/11/12, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Terras de Cima, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 446, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moita sob o artigo n.º 1913, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e artigos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, determinar notificar o requerente, **LUÍS MIGUEL RODRIGUES SAPATEIRO**, com o NIF n.º 227718747, residente na Rua da Charnequinha, n.º 32A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

40. Req.º nº 933/18, datado de 15/05/2018 - Proc.º n.º 825/05, datado de 25/11/2005 - Rui Paulo Mourão Marques e Tânia Sofia Neves Marques

530 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 825/05, incidente sobre um prédio sito em Rua da Serenata Marinhense, Lote 13, Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.712 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 17412, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 02/11/2006, tendo sido titulada pelo alvará de licença de construção n.º 362/06, emitido em 13/12/2006, cuja validade terminou em 08/12/2007, bem como requerimento a solicitar concessão de licença especial para conclusão de obra inacabada, apresentado por **Rui Paulo Mourão Marques**, com o NIF 248999850, e por **Tânia Sofia Neves Marques**, ambos com morada na Avenida Vitor Gallo, n.º 129, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente informação técnica datada de 04/06/2018, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 02/11/2006, foi o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 825/05, incidente sobre um prédio sito em Rua da Serenata Marinhense, Lote 13, Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.712 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 17412, foi objeto de deferimento final;

- Através do requerimento n.º 933/18, datado de 15/05/2018, os atuais proprietários do prédio, **Rui Paulo Mourão Marques**, com o NIF 248999850, e **Tânia Sofia Neves Marques**, com o NIF 232851395, ambos com morada na Avenida Vitor Gallo, n.º 129, freguesia e concelho de Marinha Grande, vêm requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

-Pressupuseram os requerentes que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 124.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de licença de construção n.º n.º 362/06, emitido em 13/12/20065, cuja validade terminou em 08/12/2007, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento relativo à obra de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 825/05, incidente sobre um prédio sito em Rua da Serenata Marinhense, Lote 13, Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.712 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 17412, apresentado por Rui Paulo Mourão Marques, com o NIF 248999850, e por Tânia Sofia Neves Marques, com o NIF 232851395, ambos com morada na Avenida Vitor Gallo, n.º 129, freguesia e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

41. Req.º nº 933/18, datado de 15/05/2018 - Proc.º n.º 825/05, datado de 25/11/2005 - Rui Paulo Mourão Marques e Tânia Sofia Neves Marques

531 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 825/05, incidente sobre um prédio sito em Rua da Serenata Marinhense, Lote 13, Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.712 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 17412, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 02/11/2006, tendo sido titulada pelo alvará de licença de construção n.º 362/06, emitido em 13/12/20065, cuja validade terminou em 08/12/2007;

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, registado sob o requerimento n.º 933/18, datado de 15/05/2018, apresentado por **Rui Paulo Mourão Marques**, com o NIF 248999850, e por **Tânia Sofia Neves Marques**, ambos com morada na Avenida Vitor Gallo, n.º 129, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de construção n.º 362/06, emitido em 13/12/2006, cuja validade terminou em 08/12/2007, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 04/06/2018.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, apresentado por Rui Paulo Mourão Marques, com o NIF 248999850, e por Tânia Sofia Neves Marques, ambos com morada na Avenida Vitor Gallo, n.º 129, freguesia e concelho de Marinha Grande, em virtude das obras de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 825/05, incidente sobre um prédio sito em Rua da Serenata Marinhense, Lote 13, Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.712 e inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 17412, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

42. E/3597/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de gás do centro, S.A.

532 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/3597/2018, datado de 13/04/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua Machado Santos, n.º 2**, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 5,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 07/05/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 23/05/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 5,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Machado Santos, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Todos os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição de pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessura iguais às existentes, podendo os serviços da Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário;
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição de equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetadas e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável:

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

43. E/3914/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de gás do centro, S.A.

533 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/3914/2018, datado de 23/04/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua Fonte dos Fidalgos, n.º 3**, freguesia de Vieira de Leiria, **Travessa do Portinho, n.º 3 - Garcia e Avenida José Gregório, n.º 112 - Engenho**, freguesia de Marinha Grande, num total de 5,50 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 15/05/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 23/05/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 5,50 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Fonte dos Fidalgos, n.º 3, freguesia de Vieira de Leiria, Travessa do Portinho, n.º 3 - Garcia e Avenida José Gregório, n.º 112 - Engenho, freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Todos os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição de pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessura iguais às existentes, podendo os serviços da Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário;
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição de equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetadas e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

44. E/4723/2018 – Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - Canas Engenharia e Construção, S.A.

534 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/4723/2018, datado de 18/05/2018, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, para abertura de vala numa extensão de 11,00 metros de passeio em calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes a uma baixada de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Rua da Várzea**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 25/05/2018, sobre o assunto bem como despacho proferido em 28/05/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir **PARECER FAVORÁVEL** ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 11,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, a levar a cabo em **Rua da Várzea**, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.

- b) A reposição de pavimentos dever ser executada com materiais de características e espessura iguais às existentes, podendo os serviços da Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário;
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição de equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetadas e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

45. E/4983/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de gás do centro, S.A.

535 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/4983/2018, datado de 25/05/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua dos Carreirinhos, n.º 20 - Comeira, Rua Cidade de S. Tomé, n.º 120 - Picassinos, Rua 25 de Abril, n.º 32, Rua Guilherme Pereira Roldão, n.º 10 e Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 16**, todas da freguesia de Marinha Grande, num total de 14,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 05/06/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 06/06/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 14,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua dos Carreirinhos, n.º 20 - Comeira, Rua Cidade de S. Tomé, n.º 120 - Picassinos, Rua 25 de Abril, n.º 32, Rua Guilherme Pereira Roldão, n.º 10 e Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 16**, todas da freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Todos os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição de pavimentos dever ser executada com materiais de características e espessura iguais às existentes, podendo os serviços da Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário;

- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição de equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetadas e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

A Sr.ª Presidente apresentou as seguintes propostas:

46. Danos em viatura automóvel - Rua da Ribeira, Amieirinha - Requerente: Pedro Jorge dos Santos Clara - Projeto de indeferimento

47. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Joana Ferreira Romão – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia

48. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Celso Pereira Rama – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia

49. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Fernanda Maria de Jesus Santos – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia

Relativamente ao ponto 47 o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse o seguinte:

“Este é apenas um exemplo de danos causados em carros pelo mau estado das ruas do nosso concelho. Da nossa apreciação deste caso, e não pondo em causa o parecer jurídico apresentado, gostaríamos de fazer as seguintes considerações:

- *Está comprovado que naquela rua havia um buraco “por falta de pedras da calçada ou pedras soltas*
- *A dimensão do buraco era de 70 cm de comprimento por 1 m de largura.*
- *Não existia qualquer sinalização do buraco*
- *O munícipe comprovou, chamando a polícia, que danificou uma jante e um pneu*

A conclusão que a Câmara chega é que o munícipe é responsável porque não se desviou do buraco e até assume, não sei como comprovou, que “o seu comportamento na condução e a velocidade instantânea do veículo não eram os adequados”. E para terminar a Câmara afirma “que os danos não foram unicamente causados pelo comportamento omissivo do Município, tendo para estes igualmente contribuído o comportamento da condutora.”

Ou seja, em última análise, a Câmara assume que tem parte da responsabilidade, mas não paga nada, quem tem de pagar a totalidade dos 287,07€ da reparação é o munícipe.

É inconcebível o modo como esta Câmara trata os seus munícipes. Tem as ruas num estado calamitoso. Os munícipes dão cabo das rodas, das jantes e dos seus carros. A Câmara assume que realmente existem os buracos, que não estão sinalizados, mas a culpa é dos munícipes que não sabem desviar-se dos buracos.

Sr.ª Presidente, deviam ser mais humildes, sem prepotência, e se provocam danos aos cidadãos, assumam as suas responsabilidades.

Proponho que este ponto, e outros se for o caso (46, 48 e 49), sejam retirados para serem analisados, que a Câmara assuma a sua incompetência em relação ao estado das suas ruas. E se isso não for suficiente, pelo menos, assumam a partilha das responsabilidades e os respetivos custos dos danos causados.”

A **Sr.ª Presidente** disse que também lamenta este tipo de situações, e referiu que todos os processos aqui presentes têm uma informação técnica, que confia na apreciação dos técnicos da Câmara e que a proposta é feita com base nessa análise. A proposta é para audiência prévia e é para que o munícipe diga de sua justiça sobre a análise feita, e alguns munícipes até já foram indemnizados. Referiu ainda que a Câmara tem a preocupação em arranjar as ruas, o Sr. Vereador já tem uma listagem das necessidades e vão-se priorizar as intervenções.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que analisados os factos, a leitura do direito que é feita pelos Vereadores é diferente da leitura da técnica que elaborou o parecer.

A **Sr.ª Presidente** solicitou a presença do **Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo**, que esclareceu as questões jurídicas colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira relativamente a estes processos.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** agradeceu os esclarecimentos. Em relação às propostas apresentadas disse que não concorda com os pressupostos para a audiência prévia e voltou a propor à Sr.ª Presidente que retire estes quatro pontos, que sejam analisados e que a Câmara assuma a sua culpa, ou pelo menos a metade dos custos.

A **Sr.ª Presidente** aceitou retirar os pontos 46, 47, 48 e 49, para nova análise.

AÇÃO SOCIAL

50. Atualização bienal de rendas de habitação social para entrada em vigor a partir de agosto do corrente ano.

536 - Presente informação n.º 1408 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 28 de maio de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à atualização bienal de rendas para entrada em vigor a partir do mês de agosto do corrente ano.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)''

Considerando o n.º 1 do artigo 22.º, a referida lei determina que a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada ano;

Considerando que o n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma legal estabelece que a reavaliação pelo senhorio das circunstâncias que determinam o valor da renda realiza-se, no mínimo, a cada três anos;

Considerando que em reunião de câmara datada de 28 de maio de 2015, foi aprovado por unanimidade a atualização bienal das rendas dos bairros sociais;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande determina que o montante da renda é determinado bienalmente;

Considerando, por fim os cálculos demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o n.º 1 do artigo 22.º e artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande proceder à revisão bienal das rendas dos inquilinos abaixo identificados, sendo os valores a aplicar os constantes do quadro seguinte:

Rua Professor Mello Vieira

MORADOR	BLOCO	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/18
Paulo Renato Silva Duarte	1	R/C ESQ.º	28/02/1974	12,87€	8,33€
Cecília Marques F. Pereira	1	1.º DTO	04/01/1974	20,30€	20,39€
Ester Conceição Duarte	3	R/C ESQ.º	04/01/1974	38,12€	25,61€
Maria Lurdes Nunes Santos	3	3.º ESQ.º	04/01/1974	15,12€	14,38€
Albino Santos Grácio	7	2.º DTO	08/09/1974	36,60€	34,87€
Armando Sousa Custódio	9	R/C ESQ.º	28/02/1974	24,27€	39,00€

Avenida da Liberdade

MORADOR	BLOCO	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/18
António Carlos Palhinha	M	3.º FTE ESQ.º	12/04/1978	11,14€	8,33€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de agosto do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

51. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilino residente na fração correspondente ao 3.º esquerdo do Bloco L, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.

537 - Presente informação n.º 1411 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 29 de maio de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)"

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados pelo próprio.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda do inquilino residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

Avenida da Liberdade:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/17	RENTA/18
Alexandru Pricop	L	3.º Esq.º	27/11/2014	4,23€	4,29€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de agosto do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

52. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Rua Bairro do Camarnal n.º 52, Camarnal, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.

538 - Presente informação n.º 1413 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 29 de maio de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T = Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)"

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda da inquilina residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

Rua Bairro do Camarnal:

MORADOR	N.º DE POLÍCIA	DATA CONTRATO	RENTA/17	RENTA/18
Vera Filipa Grácio Bispo	52	11/05/2013	92,39€	65,05€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de agosto do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA

53. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 para a participação nas Marchas Populares da Marinha Grande 2018. – Clube Recreativo Amieirinhense

Sobre este processo registaram-se os seguintes comentários:

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** perguntou se não poderia vir logo à reunião a admissão da candidatura e a atribuição do apoio de cada uma das entidades de uma só vez.

A **Sr.ª Presidente** explicou que primeiro tem que se aprovar a candidatura e depois o apoio tem que ser cabimentado.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

“Na última reunião já tive oportunidade de me pronunciar sobre as Marchas. Fizemos diversas perguntas que a Sra. Presidente não respondeu

É um processo extremamente mal conduzido, sem planeamento atempado o que levou à que a maioria dos grupos que usualmente participam, não tivessem tempo de se preparar. E acredito que não seja por não gostarem das marchas, mas quando estamos a três dias das marchas se iniciarem é que cada grupo fica a saber que a Câmara lhes atribui 1.925€ (35 marchantes a € 55,00/cada), como é possível preparar-se para um evento destes.

Para além da preparação das marchas por cada grupo, temos neste momento uma total ausência de divulgação e promoção das marchas populares na Marinha Grande. Só mesmo quem nunca esteve no associativismo

Mais um exemplo da desorganização e falta de planeamento da Câmara, que provoca um mal estar nas coletividades e clubes, não apenas em relação à Câmara, mas até entre elas. Será este o objetivo da Câmara?”

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** disse que também lamenta que só haja quatro marchas a desfilar, mas nesta altura entende que se devem encorajar estas quatro marchas, que vão com certeza presentear na mesma os marinhenses. Já saiu num jornal um cartaz, a publicidade existe, embora seja pouca. Quer louvar a coragem dos dirigentes associativos que, embora em condições adversas, levam este evento à rua.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que não concorda que seja em cima da data, e enumerou os procedimentos desencadeados desde fevereiro/2018, as reuniões realizadas com a ACAMG e as propostas apresentadas pela Câmara, bem como a contraproposta da ACAMG. Recusa que se diga que foi em cima da hora e que não houve vontade.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** referiu que se a Sr.ª Vereadora não admite o erro significa que nos próximos 3 anos a situação será a mesma.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que é possível que não seja, se nos próximos anos for a Câmara a organizar.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que esse é que deverá ser o caminho. O evento deve ser organizado pela Câmara, ou em parceria com as coletividades. A decisão política deveria ter sido no sentido da parceria, para evitar que as coletividades andem com papelada para lá e para cá.

A **Sr.ª Presidente** referiu que há 2 anos o que se fez foi adquirir as marchas e foi organização da Câmara, contratando a Câmara a ACAMG. Este ano havia a mesma intenção, com 20.000€ em orçamento. Com a alteração da Lei do Orçamento de Estado para a contratação, passou-se para a situação dos apoios às entidades, porque só o podia fazer por 4.000€ (diferença entre o valor anterior e os 20.000€, que é o limite).

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que esses são os factos mas tem outra leitura.

A **Sr.ª Presidente** disse que a Sr.ª Vereadora fez todos os esforços desde o dia 1 de fevereiro até ao dia de hoje, pelo que estas são as propostas aqui presentes para este ano, esperando que para o próximo ano seja diferente.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** disse que não lhe parece coerente que haja verba em orçamento, e por isso quer-se realizar a atividade, e depois se fique à espera que outra entidade a realize.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

539 - Presente informação I/1420/2018, da DCD, datada de 29 de maio de 2018, grelha de classificação e relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 79, de 16 de março de 2018, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura a seguir mencionada, cujo objeto é a participação nas **Marchas Populares da Marinha Grande 2018**, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/4650/2018, de 14 maio	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	Pontual

Considerando que:

- A candidatura apresentada cumpre os requisitos definidos nos art.ºs 5.º, 6.º, 7.º, 11.º e 12.º do Regulamento;
- A classificação da candidatura apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos n.ºs 4 e 5, do art.º 13.º do Regulamento;
- Nos termos do n.º 6 do art.º 13.º do Regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- A candidatura aqui presente obteve uma pontuação de 33,6 pontos, sendo assim objeto da proposta de admissão em anexo;
- As candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do art.º 14.º e n.º 1 do art.º 15.º do Regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- A comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, propõe o relatório e grelha de avaliação, com a classificação parcial e final, anexas ao processo;
- Nos termos do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** da candidatura abaixo referida, cujo objeto é a participação nas **Marchas Populares da Marinha Grande 2018**, previstas para os dias 15, 16 e 17 de junho de 2018.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4650/2018, de 14 maio	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura acima referida, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Humberto Dias, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos).

Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

54. Admissão de candidatura da ACAMG para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 para a realização das Marchas Populares da Marinha Grande 2018

540 - Presente informação I/1490/2018, da DCD, datada de 06 de junho de 2018, grelha de classificação e relatório da comissão de apreciação da candidatura a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 79, de 16 de março de 2018, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, cujo objeto é a realização das **Marchas Populares da Marinha Grande 2018**, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/5306/2018, de 06 junho	509688063	ACAMG - Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	Pontual

Considerando:

- Que a candidatura apresentada cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 11º e 12º do Regulamento;
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que a candidatura aqui presente obteve uma pontuação de 33,6 pontos, sendo assim objeto da proposta de admissão em anexo;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** da candidatura abaixo referida, cujo objeto é a realização das **Marchas Populares da Marinha Grande 2018**, previstas para os dias 15, 16 e 17 de junho de 2018.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/5306/2018, de 06 junho	509688063	ACAMG - Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura acima referida, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Humberto Dias, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

55. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra para a participação nas Marchas Populares da Marinha Grande 2018 - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, ASURPI - Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos e Clube Desportivo e Recreativo de Amieira

541 - Presente deliberação de 28 de maio de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4083/2018, de 24 abril	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos
E/4418/2018, de 7 maio	502870419	ASURPI	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos
E/4440/2018, de 9 maio	501611410	Clube Desportivo e Recreativo de Amieira	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1328/2018, de 22 de maio, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, as entidades **Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, ASURPI - Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Clube Desportivo e Recreativo de Amieira**, preenchem os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, a cada uma das referidas entidades, para a participação nas **Marchas Populares da Marinha Grande 2018, nos dias 15, 16 e 17 de junho**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que as entidades têm a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/4083/2018d e 24 abril	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos	2018/A/168	1.925,00 euros
E/4418/2018d e 7 maio	502870419	ASURPI	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos	2018/A/168	1.925,00 euros
E/4440/2018d e 9 maio	501611410	Clube Desportivo e Recreativo de Amieira	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos	2018/A/168	1.925,00 euros

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar as minutas dos Contratos-Programa a celebrar com as entidades beneficiárias, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Humberto Dias, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

56. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra para participação nas Marchas Populares da Marinha Grande 2018 - Clube Recreativo Amieirinhense

542 - Presente deliberação de 11 de junho de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4650/2018, de 14 maio	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1435/2018, de 30 de maio, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Clube Recreativo Amieirinhense** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a participação nas **Marchas Populares da Marinha Grande 2018, a realizar nos dias 15, 16 e 17 de junho de 2018.**

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/4650/2018, de 14 maio	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos	2018/A/168	1.925,00 euros

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Humberto Dias, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

57. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra – ACAMG – Realização das Marchas Populares da Marinha Grande 2018

543 - Presente deliberação de 11 de junho de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/5306/2018, de 06 junho	509688063	ACAMG - Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1491/2018, de 06 de junho, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **ACAMG - Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, a cada uma das referidas entidades, para a realização e produção das **Marchas Populares da Marinha Grande 2018, nos dias 15, 16 e 17 de junho de 2018.**

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/151;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e

Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/5306/2018 de 06 junho	509688063	ACAMG - Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande	Marchas Populares da Marinha Grande 2018	33,6 pontos	2018/A/151	18.000,00 euros

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Humberto Dias, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

58. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra – Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio - XIV Torneio de andebol de praia

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Sobre este processo recebemos do clube um mail demonstrando a sua inquietação e comprovando o que vimos a dizer há muito tempo. Apresentaram duas sugestões:

a) Que sejam revistos e alterados todos os contratos de apoio às associações, elaborados desta forma;

b) Que se tenha o cuidado de ajustar a linguagem complexa e demasiado técnica neles utilizada, o que causa problemas às associações, que como a Câmara sabe, na grande maioria, vivem do voluntariado e da carolice dos seus associados.

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

544 - Presente deliberação de 27 de novembro de 2017, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8910/2017	Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	501056467	XIV Torneio de Andebol de Praia	34

Presente informação nº I/1449/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, a **Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio** preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para

apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pelas alíneas u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	XIV Torneio de Andebol de Praia	501056467	34	2018 / A / 189	2410,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Humberto Dias, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em

processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

59. Atribuição de subsídio escolar a aluno carenciado que frequenta o jardim de infância João Beare, integrado no Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente - Ano letivo 2017/2018

545 - Presente informação nº 1454 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 01/06/2018, que dá conta da necessidade de atribuição de auxílio económico a um aluno que frequenta o Jardim de Infância João Beare, integrado no Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

Presente formulário/requerimento do encarregado de educação do aluno acima identificado, no qual requer subsídio escolar.

Presente declaração da Segurança Social, que atesta que o aluno recebe abono de família para crianças e jovens, pelo primeiro escalão.

Considerando que o Município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março;

Considerando o Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009 de 2 de março - que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, nas modalidades de auxílios económicos, entre outras, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico que frequentam escolas públicas; e sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando o acesso à mesma, respetivamente;

Considerando que as normas legais mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios;

Considerando que o Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho vem reforçar a ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do máximo rendimento escolar de todos os alunos;

Considerando que, nos termos do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2º escalão, o B);

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Considerando o pedido de auxílio económico no âmbito da ação social escolar em anexo;

Considerando o enquadramento dos mesmos face ao definido no n.º 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, NIF: 600 075 761, com sede na Rua Profª Amélia Cândida, Boavista, 2430-053 Marinha Grande, um subsídio no valor de 50,00 euros - cinquenta euros, para fazer face a eventuais despesas com material escolar do aluno identificado na informação técnica, em anexo.

Mais delibera que, o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto de apoio financeiro e apresentar até 30 de outubro de 2018, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Para atribuição do referido subsídio, a verba a retirar será a que se encontra contemplada na Ação 2015/A/67 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

60. Autorização para pagamento de dívida do serviço prestado no âmbito da área da educação em prestações – AAAF

546 - Presente informação nº 1452 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (DCD), datada de 01/06/2018, referente ao pedido efetuado pela encarregada de educação identificada na informação técnica, para liquidar a dívida referente ao serviço prestado no âmbito da área da educação do seu educando (AAAF).

Presente requerimento da encarregada de educação a solicitar o pagamento faseado da dívida relativa ao serviço prestado ao seu educando, na AAAF do Jardim de Infância da Fonte Santa, integrado no Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria.

Considerando o nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o quadro de atribuição e competências das autarquias locais, de entre outras, a Educação.

Considerando o Decreto-lei nº 144/2008 de 28 de julho, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei nº 159/99 de 14 de setembro.

Considerando que de acordo com o previsto na alínea b), do 1º, do artigo 2, do DL nº 144/2008 de 28 de julho é transferida a competência em matéria da componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições escolares e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar.

Considerando que o Município da Marinha Grande tem desenvolvido esforços ao longo dos últimos anos, para prestar apoio sócio-educativo, de forma a facilitar a vida quotidiana das famílias, através da gestão de refeitórios e, por conseguinte, o fornecimento de refeições escolares, bem como o apoio ao prolongamento de horário, na educação pré-escolar, e ainda no 1º ciclo do ensino básico.

Considerando que em média, a autarquia assegura cerca de 33.127 refeições/mensais, aos alunos dos níveis de ensino acima referidos.

Considerando que presentemente, a autarquia possui em funcionamento 12 salas de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) destinadas a crianças do pré-escolar, frequentada por cerca de 260 alunos, 3 salas de Componente de Apoio à Família, frequentada por cerca de 66 alunos, destinadas a crianças do 1º CEB e 11 Cantinas Escolares, que cobrem a totalidade dos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

Considerando que em maio de 2016, os serviços de prolongamento de horário e alimentação escolar passaram a ser faturados através de uma aplicação informática, sendo as faturas enviadas por correio aos clientes, passando o pagamento a ser efetuados através de multibanco (referência bancária).

Considerando que os encarregados de educação aderiram aos serviços através do preenchimento de um formulário, onde identificavam os serviços que pretendiam usufruir.

Considerando que após esta adesão, todos os meses as faturas foram/são emitidas e remetidas ao domicílio, previamente indicado pelo encarregado de educação.

Considerando que no final do ano de 2017, na sequência da análise das dívidas existentes, relativamente aos serviços em apreço, constatou-se a existência de inúmeras dívidas, por parte dos encarregados de educação.

Considerando que foi afixada uma circular em todos os estabelecimentos de ensino, a dar conta da necessidade de regularizar as faturas relativas à alimentação escolar, AAAF e CAF, que se encontravam em atraso, onde definia os procedimentos a adotar a fim de resolver a situação (em anexo).

Considerando que diversos encarregados de educação solicitaram o pagamento da dívida de forma faseada, por impossibilidade financeira para assumir os valores em atraso numa única prestação, de entre os quais a abaixo identificada.

Encarregado de Educação	NIF	Aluno	NIF	Valor em dívida	Modalidade de pagamento
Andreia Sofia Miranda Rocha	226174913	Diogo Samuel Rocha Carqueijeiro	283933330	136,09€	Uma mensalidade atual e uma atrasada até perfazer o montante total da dívida

A Câmara analisou a referida informação e delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alteração introduzida pela Lei nº25/2015, de 30 de março, autorizar o pagamento da dívida, de forma a permitir o pagamento faseado por parte da encarregada de educação, por impossibilidade económica de o efetuar numa única prestação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

61. Protocolo de Cooperação entre o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e o Município da Marinha Grande.

547 - A Sr.ª Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente minuta de protocolo de cooperação entre o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e o Município da Marinha Grande.

O Protocolo tem por finalidade:

1. Promover e potenciar processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) escolares dos adultos que não tenham completado o 4º, 6º, 9º ou 12º ano de escolaridade;
2. Contribuir para potenciar o acesso e a utilização da rede nacional de Centros Qualifica aos adultos com baixas qualificações, de forma a permitir o célere e adequado reconhecimento, validação e certificação das suas competências;
3. Identificar necessidades e a procura de respostas formativas e promover junto das entidades de formação as ofertas que lhes sejam mais ajustadas;
4. Proceder a encaminhamentos para ofertas formativas;
5. Promover a necessária articulação entre as partes que celebram o presente protocolo, de modo a garantir a prossecução do respetivo objetivo.

Considerando as finalidades indicadas são evidentes as vantagens da sua implementação, numa perspetiva de valorização e motivação dos recursos humanos municipais.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea r), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta de protocolo de cooperação entre o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e o Município da Marinha Grande, que se dá por reproduzido e fica anexa (Anexo 1), e autorizar a sua celebração.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 11/06/2018.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 18

E nada mais havendo a tratar, a Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 18:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,